

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LEONARDO MARQUES DOS ANJOS

**O BRASIL NA COALIZÃO ÍNDIA, BRASIL E ÁFRICA DO SUL - IBAS:
UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2003 A 2018**

DOURADOS/MS

2019

LEONARDO MARQUES DOS ANJOS

**O BRASIL NA COALIZÃO ÍNDIA, BRASIL E ÁFRICA DO SUL - IBAS:
UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2003 A 2018**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora:

Profª Drª. Roselaine Bonfim de Almeida

Banca examinadora:

Professor Dr. Enrique Duarte Romero

Professor Dr. Leandro Vinícios Carvalho

DOURADOS/MS

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

A597b Anjos, Leonardo Marques Dos O Brasil na Coalizão Índia, Brasil e África do Sul - IBAS: uma análise do período de 2003 a 2018 [recurso eletrônico] / Leonardo Marques Dos Anjos. -- 2019.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Roselaine Bonfim de Almeida.

TCC (Graduação em Ciências Econômicas)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. IBAS. 2. Balança Comercial. 3. Comércio Inter-Indústria. 4. Comércio Intra-Indústria. I. Almeida Roselaine Bonfim De. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

O BRASIL NA COALIZÃO ÍNDIA, BRASIL E ÁFRICA DO SUL – IBAS:
UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2003 A 2018

LEONARDO MARQUES DOS ANJOS

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado á Banca Examinadora integrada pelos professores:

Prof.^a Dr.^a Roselaine Bonfim de Almeida

Prof. Dr. Enrique Duarte Romero

Prof. Dr. Leandro Vinícios Carvalho

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por ter me dado força nos momentos mais difíceis ao decorrer do curso, saúde para chegar até aqui, sabedoria adquirida no dia a dia, e o privilégio de concluir este trabalho de graduação.

A minha mãe Rosimeire de Souza Marques, e meu pai Vanderlei José dos Anjos por me apoiarem durante todo o curso e não me deixando desanimar nos momentos difíceis, mesmo com o cansaço do trabalho eles me deram foco para que esse desgaste da rotina não interferisse na faculdade, me fazendo acreditar que um dia me formaria e, assim, ter mais capacitação para conseguir um futuro melhor um dia, e a todos os meus familiares por de alguma forma me incentivar.

A minha orientadora Prof.^a Roselaine, por sua dedicação, mesmo as vezes não sobrando muito tempo ela sempre conseguiu me atender. Agradeço por sua paciência, vontade de me ajudar e entusiasmo durante todo o trabalho de TCC.

Ao corpo docente da FACE – UFGD, por serem prestativos sempre para esclarecer todas as minhas dúvidas, por proporcionarem as condições necessárias para que eu chegasse até aqui, por todos os ensinamentos e dedicação de todos os professores de Ciências Econômicas comigo.

Agradeço a minha namorada Bruna Letícia Marinho Pereira, por me incentivar a entrar na faculdade, pelo companheirismo, por ter me dado forças durante todo o curso, me ajudar nas vezes que precisei e, assim, me fazendo acreditar que conseguiria concluir meu curso de Ciências Econômicas.

E agradeço por último a todos os meus colegas de faculdade que me acompanharam durante todos esses anos de curso, pela amizade, companheirismo e que de alguma forma me ajudaram a chegar até aqui.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a evolução do fluxo das exportações e importações entre Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) entre o período de 2003 a 2018 e descrever o tipo de comércio praticado entre esses países. Para isso, foram utilizados os dados sobre as exportações e importações entre esses três países. Com base nesses dados, foi calculado o Índice de Grubel-Lloyd para analisar se o tipo de comércio entre esses países pode ser caracterizado como inter-indústria ou intra-indústria. Como resultados obtidos, a evolução do fluxo comercial entre os anos de 2003 a 2018 do Brasil com a Índia foi com um aumento de 606,88% das exportações e 654,55% das importações, com a África do Sul um aumento de 85,96% das exportações e 228,07% das importações, e a evolução do volume total do comércio do Brasil com o IBAS teve um aumento de 309,98% nas exportações e 529,20% nas importações. Já a Balança Comercial entre eles desde o ano de 2003 apresentam quantidade de exportações e importações com oscilações e déficits constantes em ambos os países em alguns anos, sendo, a partir de 2015 que o IBAS vem apresentando valores positivos com superávit, sendo o maior superávit em 2017. De acordo com o cálculo do Índice de Grubel-Lloyd da média do total dos 22 tipos de produtos mais comercializados juntos no IBAS, o principal tipo de comércio praticado entre os três países é do tipo inter-indústria, ou seja, com maiores diferenciações entre as quantidades de exportações e importações entre eles ou com valores próximos de 0, porém, algumas das categorias dos tipos de produtos comercializados em maior quantidade entre os países do IBAS são do tipo intra-indústria, com valores próximos de 1 ou quantidades de exportações e importações entre eles bem equilibradas.

Palavras Chave: IBAS; Balança Comercial; Comércio Inter-indústria; Comércio Intra-indústria.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the evolution of the flow of exports and imports between India, Brazil, South Africa (IBAS) between the periods 2003 to 2018 and describe the type of trade practiced between these countries. For this, data on exports and imports between these three countries were used. Based on these data, the Grubel-Lloyd Index was calculated to examine whether the type of trade between these countries can be characterized as inter-industry or intra-industry. As a result, the evolution of the trade flow between 2003 and 2018 from Brazil to India was a 606.88% increase in exports and 654.55% in imports, with South Africa an increase of 85,96% of exports and 228.07% of imports, and the evolution of the total trade volume of Brazil with IBSA had a 309.98% increase in exports and 529.20% in imports. The trade balance between them since 2003 shows the amount of exports and imports with constant swings and deficits in both countries in a few years, and from 2015 onwards the IBAS has presented positive values with surplus, being the largest surplus. According to the calculation of the Grubel-Lloyd Index of the average of the total of 22 types of products most commercialized together in the IBSA, the main type of trade practiced between the three countries is of the Inter-Industry type, that is, with differences between the quantities of exports and imports between them or values close to 0, but some of the categories of the types of products traded in the IBSA countries in greater quantity are of the Intra-Industry type, with values close to 1 or quantities well balanced exports and imports.

Keywords: IBAS; Trade balance; Inter-industry trade; Intra-industry trade.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
1.1 O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA.....	10
1.2 OBJETIVOS.....	12
1.3 HIPÓTESE.....	12
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	12
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	Error! Bookmark not defined.
2.1 REVISÃO TEÓRICA.....	Error! Bookmark not defined.
2.2 REVISÃO DE LITERATURA.....	18
3 METODOLOGIA	22
3.1 FONTE DE DADOS	22
3.2 ÁREA DE ESTUDO	23
3.2.1 ÍNDIA	23
3.2.2 ÁFRICA DO SUL.....	24
3.2.3 BRASIL.....	25
3.3 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS.....	27
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	28
4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES - IBAS.....	29
4.2 RESULTADOS DO ÍNDICE DE GRUBEL-LLOYD.....	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

A Cooperação Sul-Sul (CSS) é um processo de articulação política e econômica entre países em desenvolvimento situando-se nas áreas: científica, tecnológica, cultural, entre outros aspectos. Essa Cooperação surgiu após a Segunda Guerra Mundial, onde os países em desenvolvimento passaram a encontrar dificuldades de se relacionar com os países desenvolvidos devido ao contexto da Guerra Fria. Para solucionar esses problemas os “países do Sul” começaram a desenvolver coalizões entre eles¹ (MACIEL, 2010).

Da década de 1990 a meados de 2000 as coalizões entre países em desenvolvimento passaram a buscar seu espaço no cenário externo, intensificando diálogos multilaterais como forma de obter maior representatividade externa e procurando potencializar e fortalecer suas participações conjuntas nas múltiplas áreas da balança de poder mundial e, dessa forma, obter benefícios socioeconômicos e comerciais. Foi neste contexto que em 2003 surgiu a coalizão Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), “uma coalizão e/ou arranjo cooperativo, motivado por uma deliberação diplomática, que busca concretizar efetivamente a convergência de interesses políticos declarados, no que diz respeito ao pleito do assento permanente junto ao Conselho de Segurança da ONU” (ZENI, 2013, pg.10).

Essa coalizão também teve sua origem por outros dois motivos: i) como uma proposta do Congresso Nacional Africano (ANC). O IBAS seria uma espécie de G-8 do Sul, onde esse grupo trilateral atuaria como interlocutor frente ao G-8; ii) a disputa sobre as patentes farmacêuticas na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2000, depois dos EUA pedirem a abertura de um painel na OMC contra o Brasil. Tal disputa aconteceu porque o governo dos EUA acusou o Brasil de uso de licença compulsória perante as patentes de remédios, em caso de emergência na saúde pública. Em sua defesa, o Brasil mobilizou os países em desenvolvimento e os membros do grupo dos Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDR). Foi nesse momento que o Brasil percebeu a importância dessa coalizão entre países emergentes do eixo sul (PAUTASSO; LANCOWSKI, 2013).

Inicialmente, a coalizão IBAS se propôs a atuar em três vertentes principais: i) cooperação entre países de menor desenvolvimento econômico; ii) criação de um fundo de combate à fome e a miséria e; iii) reuniões entre países membros, que compartilham características semelhantes nos aspectos socioeconômicos e políticos, e que procuram, além

¹ De acordo com Maciel (2010, pg. 59) “o conceito de ‘países do Sul’ surge como uma forma de evitar os polêmicos e inconsistentes conceitos de países subdesenvolvidos, Terceiro Mundo e países periféricos. Porém, o termo ‘países do Sul’ deve ser compreendido como metáfora, já que há países no norte geográfico (como a Mongólia), e países ricos no sul geográfico (como a Austrália)”.

de ampliar suas atuações no sistema internacional, resolver problemas socioeconômicos semelhantes como: a pobreza, as desigualdades sociais e problemas relacionados a questões étnicas e de gênero (BURGER, 2013).

De acordo com D'Andrea (2014) o IBAS pode gerar um ambiente promissor para o desenvolvimento de acordos comerciais trilaterais e aumento dos investimentos entre esses países. Entretanto, essa não é a visão de todos os estudiosos do assunto. Alguns autores argumentam que o Brasil, a Índia e a África do Sul possuem uma estrutura produtiva bastante semelhante entre eles. Com isso, não haveria complementariedade de suas exportações e importações, o que reduziria possíveis ganhos comerciais. Desta forma, não haveria cooperação, mais sim competição entre eles pelos mercados dos países desenvolvidos. Porém, a Coalizão IBAS tem mantido certo padrão no cenário externo, promovendo acordos diplomáticos e buscando fazer ligações entre países desenvolvidos e os em desenvolvimento (SCHOR, 2014).

1.1 O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

O fórum IBAS, que foi fundado em Brasília no ano de 2003, surgiu como uma estratégia de Cooperação entre os países do Sul que, de acordo com Burger (2013), são países com semelhanças políticas e socioeconômicas que procuram tanto fortalecer suas relações no cenário externo quanto, encontrar soluções para seus problemas em comum como, por exemplo, pobreza, desigualdades sociais, defesa, entre outros.

Segundo D'Andrea (2014) nos últimos anos o Brasil buscou firmar acordos comerciais com a Índia, África do Sul e outros países em desenvolvimento na esfera inter-regional, visando a uma futura Área de Livre Comércio como forma efetiva de fortalecimento econômico.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2018), no comércio com o Brasil, a Índia obteve superávit comercial de US\$ 1,8 bilhão em 2014, sendo as exportações brasileiras para a Índia de US\$ 4,8 bilhões, enquanto as importações ficaram em US\$ 6,6 bilhões. Já Magalhães (2016), mostra que entre 2005 e 2014 o comércio do Brasil com a África do Sul passou de US\$ 1,7 bilhão para US\$ 1,9 bilhão, ou seja, um crescimento de 14,3%.

Mesmo com esses aspectos econômicos positivos da coalizão IBAS, de acordo com Fletes (2007), por esses três países possuírem características sociais, econômicas e territoriais semelhantes e com os mesmos tipos de produtos exportados, eles teriam mais

motivos para competirem entre si pelos mercados dos países desenvolvidos do Norte do que cooperarem. O autor argumenta que os três países do IBAS possuem diferentes problemas sociais internos, mas, ainda assim, apresentam semelhanças em questão da pobreza ainda existente e, conseqüentemente, das desigualdades de distribuição de renda. Além disso, são países com grande representatividade econômica em seus continentes, com um grande fluxo comercial entre os países em desenvolvimento e ricos em recursos naturais.

Schor (2014) questiona o argumento de que falta complementaridade na pauta comercial entre esses três países por apresentarem dificuldades de se relacionar entre si e por possuírem economias semelhantes. A autora argumenta que existe sim ganhos de comércio entre eles e que esses ganhos podem ser divididos em dois tipos: i) o de intra-indústria, onde o ganho de comércio não vem da diferença, mais sim da semelhança entre eles, gerando a possibilidade de cada país se especializar na produção de certas variedades de produtos do mesmo setor produtivo; ii) o inter-indústria, definido como diferentes dotações de fatores produtivos existentes entre os países, que significaria a especialização da produção, nos bens produzidos com tecnologia intensiva com recurso abundante no país, o que levaria a uma alocação mais eficiente dos recursos produtivos e ao ganho de comércio.

Caso os países em desenvolvimento sigam relações de privilégios com os países desenvolvidos existem chances de eles não elevarem seu *status* comercial no ambiente externo. Mas, já por meio da Organização Mundial do Comércio (OMC), que visa o incentivo a cooperação e a busca por promover meios para descobertas de interesses comuns entre os países através de diálogos e reduzindo o custo das negociações, esses já podem ser mais benéficos para os países do IBAS em busca de novos mercados com outros países do sul (RODRIGUES, 2010).

Neste contexto, dada a importância em analisar como o Brasil vem ganhando espaço e *status* de relevância no cenário internacional e quais benefícios podem trazer esses acordos comerciais e diplomáticos para o desenvolvimento interno do país, levantam-se os seguintes questionamentos: Existe complementariedade ou não do comércio entre esses países? Com relação aos tipos de comércio inter e intra-indústria, qual se ajusta melhor ao caso do IBAS?

Esta pesquisa justifica-se por analisar a participação do Brasil na Coalizão IBAS. O debate desse tema é de fundamental importância para a sociedade, pois demonstra a importância que o Brasil e seus aliados adquiriram no cenário externo desde 2003 até os dias atuais. Além disso, é importante compreender o fortalecimento do comércio entre esses países, diferenciando o estilo de comércio praticado na aliança e seus principais desafios.

O trabalho justifica-se ainda, pelo fato de a Coalizão IBAS possuir uma temática com diversos artigos, documentos e dados estatísticos, sendo a maior parte dos estudos voltados para a área das relações internacionais, onde boa parte dos dados ainda não foram bem exploradas. Assim, mostra-se indispensáveis estudos mais aprofundados que possibilitem o melhor entendimento do comércio internacional brasileiro.

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral desse trabalho é analisar o fluxo comercial do IBAS no período de 2003 a 2018 e, desta forma, verificar se essa aliança traz benefícios para o Brasil.

Especificamente pretende-se:

- Descrever o surgimento da Coalizão IBAS, através da Cooperação Sul-Sul, e analisar os seus objetivos.
- Analisar o comércio (exportação e importação) entre os três países que compõem o IBAS.
- Analisar os tipos de comércio (intra-indústria e inter-indústria) e como eles ocorrem entre os países membros do IBAS.

1.3 HIPÓTESE

A hipótese central do trabalho é de que por haver competição pela similaridade produtiva entre os países do IBAS, as vantagens econômicas idealizadas pelos governos não foram atingidas. Ao longo do trabalho, queremos verificar se essa hipótese deveria ser rejeitada.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho está dividido em cinco partes. Na primeira parte apresenta-se a introdução referente ao tema. Na segunda parte destaca-se a revisão bibliográfica. Na terceira parte será descrita a metodologia, destacando a área de estudo, tipo de pesquisa, métodos e coleta de dados para o trabalho. Já na quarta parte serão apresentados os resultados obtidos da pesquisa. E, por último, as conclusões finais do trabalho.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica segue apresentando um embasamento teórico e empírico acerca da Coalizão IBAS. A seguir, destaca-se a revisão teórica sobre o tema.

2.1 REVISÃO TEÓRICA

A disciplina de Economia começou, de fato, a partir do estudo do comércio e das finanças internacionais. Já no século XVIII autores como David Hume analisavam questões relacionadas a balança comercial. A globalização fez com que o estudo da economia internacional ganhasse ainda mais importância já que as interações entre as nações cresceram muito, tanto com relação ao comércio de bens e serviços, quanto com os fluxos de moedas e investimentos (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010).

Com a globalização, o fluxo de exportações e importações cresceu muito ao longo do tempo. Para compreender como a teoria econômica explica esse fluxo e o padrão de comércio entre os países, serão abordados alguns conceitos utilizados nos modelos de comércio internacional: i) Ganhos de comércio; e, ii) Vantagens Comparativas (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010).

Achar um padrão de comércio entre países gera uma grande preocupação para os economistas ao tentarem definir quais produtos cada país compra e vende dos outros países. Para se chegar a esse padrão de comércio devem-se analisar alguns aspectos. Por exemplo, o clima e os recursos naturais explicam por que o Brasil exporta café e a Arábia Saudita o petróleo. No século XIX David Ricardo explicou o padrão de comércio através das diferenças internacionais na produtividade do trabalho, já no século XX surgiram outros aspectos que explicam esse padrão de comércio, e o mais conhecido está relacionado a uma interação entre a oferta relativa dos recursos nacionais (terra, trabalho, capital) e o uso desses recursos na produção de diferentes bens (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010).

Já os Ganhos de Comércio são casos em que os países vendem seus bens e serviços uns aos outros, onde o comércio internacional aumenta a possibilidade de produção total gerando benefícios mútuos a todos os países envolvidos (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010).

As Vantagens Comparativas entre países são casos em que um aumento da produção, por meio do comércio internacional, permite que um país se especialize na produção daquilo que possui vantagem comparativa, ou seja, a vantagem de um país na produção de um bem cujo custo de oportunidade da produção desse bem em relação aos outros países é mais baixo.

Se cada país exportar os bens em que possui vantagem comparativa o comércio entre eles trará benefício para ambos (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010).

Na época das vantagens absolutas um país considerado pobre, sem tecnologia ou recursos para produzir mercadorias com custos reduzidos não era visto pelas grandes potências como um bom negócio para realizar transações comerciais. Porém, após o ano de 1817, David Ricardo apresentou a teoria das vantagens comparativas, mostrando que é possível realizar comércio entre países sem vantagens absolutas na produção de algum bem. Por exemplo, mesmo se o país A tem vantagem absoluta na produção dos bens X e M e o país B não, ao analisar pelas vantagens comparativas, o custo do país A se dedicar a produção do bem X ou o bem M será menor e o país B poderá produzir o bem que tiver maior custo para o país A e, assim, é possível realizar comércio, pois as trocas são mais favoráveis do que os preços relativos domésticos (CARVALHO; SILVA, 2007).

Segundo o modelo de Ricardo os ganhos de comércio são obtidos graças às especializações, em que as indústrias entre os dois países envolvidos no comércio possuem diferentes produtividades do trabalho e, assim, cada país se especializa na produção de bens diferentes. Nesse modelo, para explicar os ganhos mútuos entre países, é utilizada como exemplo a produção de vinho e queijo entre o país local e o estrangeiro, que podem ser representados de dois modos (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010).

O primeiro modo de demonstrar que as especializações e o comércio são benéficos é considerando o comércio como um método indireto de produção. Por exemplo, o país local poderia produzir diretamente o vinho ou quando o comércio com o país estrangeiro lhe permitisse, esse país poderia produzir queijo e trocar esse queijo por vinho. Esse método indireto de produzir um litro de vinho pode ser mais eficiente do que a produção direta (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010).

O segundo modo refere-se a como esses ganhos de comércio afetam o consumo de cada país. Na ausência de comércio as possibilidades de consumo e produção são iguais, já a presença do comércio possibilita que a economia de cada país possa consumir uma combinação de bens diferentes da combinação que produz. Os dois modos de ganhos de comércio proporcionam um aumento da gama de escolhas e, dessa forma, geram uma situação melhor aos residentes de cada país (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010).

De modo geral, os ganhos de comércio representam um deslocamento da fronteira de possibilidades de produção de um país a partir do ponto que representa a quantidade máxima que ele pode produzir daquele bem em que possui maior vantagem comparativa e especialização. Mas, ao se analisar a fronteira de possibilidades de consumo, observa-se que

ela possui um coeficiente maior do que os pontos da fronteira de possibilidades de produção, por proporcionarem maior bem-estar, possuírem maior disponibilidade dos bens. Desta forma, tem-se a impressão de que o comércio aumenta a produtividade do trabalho e reduz o valor do coeficiente técnico de produção do bem que o país não possui vantagem comparativa (CARVALHO; SILVA, 2007).

Já o modelo de Heckscher-Ohlin pode ser definido como uma relação entre dois fatores de produção com proporções diferentes e sua utilização na produção de diferentes bens em cada país, e esses países envolvidos no processo produtivo concentram seus esforços na produção de bens que possuam fatores em maior abundância e, assim, é possível analisar ao mesmo tempo os efeitos do comércio na distribuição de renda e no padrão de comércio entre países (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010).

Em geral, a teoria de Heckscher-Ohlin afirma que cada país se especializa e exporta o bem que utiliza intensivamente o fator de produção que ele possui em abundância. Para produzir determinado bem a indústria desse país deve saber qual o fator de produção que esse bem mais utiliza e qual bem ele possui em abundância. Após descobrir a proporção dos fatores, deve ser estabelecido o preço relativo que iguala as quantidades de oferta e demanda e a quantidade de cada bem que os consumidores estão dispostos a consumir (CARVALHO; SILVA, 2007).

Um problema apontado pelo modelo de Heckscher-Ohlin é que ao pensar em comércio de bens, pode ser uma forma indireta de comércio de fatores de produção que nos permite prever a direção e o volume desse comércio, porém, o comércio de fatores torna-se menor que o previsto pelo modelo. Para resolver esse problema deve-se abandonar a hipótese de que as tecnologias entre países são iguais, pois, muitos economistas afirmam que existem sim diferenças tecnológicas e de qualificação do trabalho entre países, o que explica o fracasso da equalização de preços de fatores entre países. E a outra afirmação do modelo é que o padrão de comércio entre países podem ser determinada por diferenças de capacidades tecnológicas e dotações de fatores (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010).

Outro tópico importante é levar em consideração como as economias de escala impactam no comércio internacional. As economias de escala se caracterizam por apresentarem retornos crescentes de escala, ou seja, ao se dobrar os insumos de um dado setor da economia sua produção mais do que dobra, ao contrário das vantagens comparativas dos modelos anteriores em que os retornos são constantes de escala. Ao se falar no papel das economias de escala no comércio internacional, todos os países envolvidos saem ganhando com a integração, pois o mercado maior permite que cada empresa produza mais e, com isso,

ofereça seu produto a um preço mais baixo no mercado e, dessa forma, aumente a gama de escolha dos consumidores. Entretanto, esses benefícios só serão obtidos se cada país se dedicar ao comércio internacional para obter economias de escala, assim, cada empresa deve concentrar sua produção no país local ou no estrangeiro e, após a produção, exportar ao outro país (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010).

Com base nesse modelo apresentado, nas economias de escala o objetivo das indústrias é aumentar a quantidade total de bens produzidos sem um aumento proporcional nos custos de produção. Esse modelo não se caracteriza mais pela concorrência perfeita, mais sim pela concorrência monopolista, em que muitas empresas produzem produtos diferenciados, ou seja, devido às economias de escala nenhum país irá produzir a gama total de um mesmo segmento de produtos manufaturados. Dessa forma, mesmo com os países produzindo um determinado produto eles passaram a produzir coisas diferentes. Essas trocas de produtos manufaturados que ocorrem entre as empresas dos países envolvidos se dividem em dois tipos de comércio: o comércio intra-indústria, onde ocorrem trocas de um mesmo produto, e o comércio inter-indústria, em que ocorrem as trocas de produtos diferentes entre os países (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010).

O comércio inter-indústria representa a vantagem comparativa. Nesse tipo de comércio prevalece às trocas por produtos diferentes do qual um país possui maior vantagem comparativa na produção daquele bem para trocar por outro que lhe é escasso. Por exemplo, o comércio inter-indústria ocorre em casos onde há grandes diferenças das razões capital-trabalho entre o país local e o país estrangeiro, no caso o país estrangeiro poderia se especializar totalmente na produção de alimentos e o país local na produção de tecidos (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010).

Já o comércio intra-indústria não representa uma vantagem comparativa. Por exemplo, dois países com economias semelhantes que produzam tecidos, mesmo que possuam a mesma razão capital-trabalho as empresas do país local continuariam produzindo bens diferenciados e seus consumidores continuariam demandando produtos do país estrangeiro, o que gera o comércio intra-indústria. Por isso, as economias de escala evitam que cada país concentre sua produção total em um mesmo tipo homogêneo de produto, mas também passaram a produzir coisas diferentes em larga escala devido à concorrência monopolística (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010).

Esse modelo de comércio intra-industrial está presente em cerca de um quarto do comércio mundial, onde ocorrem trocas dentro de setores padronizados, e o principal tipo de bens envolvidos nas trocas são as manufaturas. Com o passar dos anos a economia dos países

vêm adquirindo características muito semelhantes em termos de tecnologia, disponibilidade de capital e trabalho qualificado, por isso não existem vantagens comparativas dentro desse setor (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010).

Partindo destas teorias, Flemes (2007) argumenta que o IBAS tem uma estrutura produtiva bastante semelhante e que, portanto, não há complementaridade entre suas pautas de exportação e importação, o que reduz os potenciais ganhos de comércio, pelo fato de eles terem mais motivos para competirem pelo mercado dos países desenvolvidos do que cooperarem entre si.

Porém, Schor (2014) questiona a hipótese de Flemes em relação a falta de complementariedade da economia entre os três países do IBAS. A autora argumenta que existem sim ganhos de comércio entre esses três países e, para demonstrar isso, a autora utiliza dois tipos de comércio que ocorrem entre esses países. O primeiro deles é o comércio intra-indústria, em que o ganho de comércio vem pela semelhança entre eles, onde cada país se especializa na produção de certas variedades de produtos do mesmo setor produtivo. O segundo é o comércio inter-indústria, definido como diferentes dotações de fatores produtivos em que a alocação mais eficiente dos recursos produtivos entre os três países leva a ganhos de comércio.

O comércio intra-indústria é de fundamental importância para o comércio internacional pois permite que certos países, que se integram em um setor comercial, sejam beneficiados por mercados maiores pelo fato de poderem reduzir o número de produtos fabricados, ao mesmo tempo em que aumentam a variedade de bens aos consumidores domésticos. Quando se reduz essa variedade de bens produzidos pode-se produzir cada produto em uma escala maior e a um custo mais baixo, sendo, a prática de comércio intra-indústria possível somente quando há uma integração entre países com desenvolvimento econômico semelhantes, o que pode aumentar sua escala produtiva, reduzindo assim os custos de produção e transação entre eles (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010).

De acordo com Schor (2014), entre 2001 e 2011 o comércio entre os países membros do IBAS cresceu quase sete vezes, de pouco mais de US\$3 bilhões para US\$25,5 bilhões. Ainda assim, o comércio entre os três países ainda é muito pequeno, se comparado, por exemplo, com as exportações e importações entre eles e os Estados Unidos. O que mantém a sustentação do comércio intra-Ibas é o fato desses países possuírem características comuns, como serem países em desenvolvimento, as maiores economias de suas regiões, grandes democracias e terem forte influência na política global junto aos países emergentes do qual representam.

Schor (2014) ainda afirma que, o comércio intra-industrial entre Índia, Brasil e África do Sul ainda é pouco explorado e tímido, mesmo com seu grande aumento nos últimos anos. Porém, os governos desses países tem se empenhado em um esforço de eliminar essas barreiras em relação à distância entre seus mercados e as barreiras comerciais por falta de negociações entre os governos, por acreditarem que o aumento do comércio, além dos possíveis benefícios diretos, pode ter efeitos positivos sobre a cooperação intra-IBAS nas negociações multilaterais.

Para poder aumentar o comércio entre os países do IBAS não se trata apenas de resolver os problemas de divergência entre eles, mas, sim, de aproximar os interesses de alguns setores econômicos para que possam fortalecer os pontos de contato entre suas relações comerciais (SCHOR, 2013).

2.2 REVISÃO DE LITERATURA

Para Maciel (2010) a ideia de cooperação surgiu após as duas Grandes Guerras Mundiais, diante da destruição da Europa e da desordem financeira internacional, em que os países começaram a ter a necessidade de se relacionarem de forma mais pacífica. Mas, a Cooperação Sul-Sul (CSS) só foi surgir e ganhar força a partir da Guerra Fria, na década de 1960, em um momento onde muitos países subdesenvolvidos, em sua grande maioria localizada no eixo do Hemisfério Sul, buscavam cooperações como uma forma de obter desenvolvimento socioeconômico e ampliar suas relações econômicas no sistema internacional e, assim, diminuir sua dependência dos países desenvolvidos do Hemisfério Norte.

De acordo com o trabalho de Maciel (2010), após a década de 1970 o Brasil se inseriu na CSS e começou a utilizá-la de modo crescente como uma forma de fugir da dependência das relações Norte-Sul. Para ilustrar a inserção do Brasil nessa cooperação, o autor utiliza como exemplo a Caixa Econômica Federal (CEF), que passou a ser muito acionada pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) em suas ações de cooperação internacional.

Segundo Maciel (2010), a CEF passou a assumir o discurso de que acreditava no fortalecimento das instituições dos países membros e, por isso, passou a desenvolver ações sem pretensões assistencialistas, como, o programa habitacional na Namíbia, transferência de tecnologia para programas de transferência de renda na República Dominicana e, em abril de 2008, a Caixa Econômica foi reconhecida por representantes da Guatemala como o principal agenciador de políticas públicas no país, entre outros programas assistencialistas, que eram

direcionados para o desenvolvimento socioeconômico estruturado da população interna. Desta forma, o autor conclui que houve uma expansão da cooperação técnica internacional do Brasil com os países do Sul como forma de promover o desenvolvimento, onde o Brasil adquiriu grande credibilidade internacional, reforçando e diversificando suas relações exteriores.

Em seu trabalho, Muñoz (2016) buscou analisar a função da Cooperação Sul-Sul e sua importância através da análise de projetos de cooperação brasileira com países africanos, como uma forma de demonstrar importantes tensões e a estrita definição de como atua a CSS. Dessa forma, a cooperação desempenha o papel de apoiar o desenvolvimento entre os países subdesenvolvidos com problemas semelhantes, criar ou fortalecer os laços políticos, econômicos e culturais, busca ampliar o poder de negociação com outros países e obter credibilidade no cenário global. E, nesse cenário, os principais setores em que o Brasil vem atuando na CSS são na agricultura, saúde, educação e defesa.

Ainda usando o exemplo das relações brasileiras com o continente africano como definição de cooperação, Muñoz (2016) chega à conclusão de que a CSS com a África foi uma forma de eliminar a visão negativa que a tradicional cooperação Norte-Sul impõem sobre a exclusão de países emergentes e mostrar uma África contemporânea com uma incrível capacidade de adaptação, compartilhando experiências comuns e possibilitando a prática da solidariedade através da cooperação.

Em seu artigo, Zeni (2013) tem como objetivo inicial examinar o surgimento da Coalizão IBAS, seus objetivos e analisar o comportamento da Índia, Brasil e África do Sul nas negociações de alta política. Além disso, o autor examina se de fato a Coalizão IBAS se insere como um mecanismo novo para apoiar e promover o desenvolvimento do eixo sul-sul.

Dessa forma, Zeni (2013) argumenta que, em um período em que os países de potência média tinham capacidade material limitada para inferir sobre o sistema internacional, o que os deixava mais isolados das influências externas, surgiu a necessidade de coalizões. Com isso, no ano de 2003 foi criado o Fórum Trilateral Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), por meio da Declaração de Brasília no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Desde então, os países emergentes juntos passaram a adquirir uma maior presença nos assuntos internacionais, poder de negociação, desenvolvimento, e abertura comercial entre os países do sul.

Assim, Zeni (2013) afirma que o resultado disso tudo foi que o IBAS tem conduzido seus interesses de obter maior legitimidade e prestígio internacional, em que vem se projetando para ter um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e, desta forma, seus esforços foram reconhecidos em 2011 no CSNU, pelas parcerias

conquistadas e pela diplomacia solidária de conduzir o apoio ao desenvolvimento socioeconômico dos países menos desenvolvidos.

Jardim (2014) procura analisar a perspectiva da política externa brasileira no período do governo Lula da Silva (2003-2010) e a atuação do IBAS por meio da revisão de documentos provenientes de encontros ministeriais e de cúpulas realizadas no mesmo período dentro da cooperação IBAS. Além disso, a autora também procura analisar separadamente dois temas importantes para melhor compreender a política externa brasileira, sendo eles: i) no âmbito da atuação extrabloco, detalhando-se as discussões em torno da reforma da ONU e da atuação da Rodada Doha da OMC; ii) no âmbito da atuação intra-bloco, detalham-se as discussões sobre o fortalecimento do intercâmbio comercial entre os países membros do fórum.

Assim, Jardim (2014) conclui que o papel da coalizão IBAS são processos contínuos para enfrentar os desafios encontrados pelo Sul e uma ferramenta significativa de uma maior independência econômica dos países em desenvolvimento para, assim, criar uma forte voz para os países do Sul no cenário internacional, o que também se torna uma forma de promover um intercâmbio de ideias, conhecimento e avanços técnicos entre os países em desenvolvimento do Sul. O Brasil, por meio do IBAS, propõe o fortalecimento do multilateralismo e da diversificação do fortalecimento dos parceiros brasileiros, como um dos meios de autonomia e desenvolvimento do país no cenário internacional.

Flemes (2007), em seu trabalho, busca analisar como os países mais fracos podem influenciar os mais fortes e, através da união de poderes de países emergentes do Sul, como no caso a coalizão IBAS, são analisados cinco pontos que podem explicar isso: i) são três países com poderes médios se juntando para obter política externa de nível global; ii) a estratégia do IBAS para influenciar o comportamento e os interesses de outros países em instituições globais é o balanceamento suave; iii) os instrumentos de política externa entre eles são fundamentais; iv) os ganhos de comércio entre os três países são limitados devido à falta de complementariedade entre suas economias; v) o poder do IBAS de impactar o sistema internacional vai depender da sua capacidade de focalizar em áreas distintas da cooperação, da consolidação da sua estratégia comum de balanceamento suave, da industrialização do IBAS e do seu alargamento para obter maior peso em pechinchas globais ou produtos de menor valor e qualidade no mercado global.

Dessa forma, de acordo com Flemes (2007), a Coalizão IBAS é uma aliança estratégica em busca de interesses comuns de países em desenvolvimento. Esses países têm como objetivo aumentar seu poder de barganha, porém, ainda existem muitas divergências

entre os três países nas negociações da OMC, como em questões de subsídios agrícolas, que devem ser resolvidos antes da formulação de uma aliança sustentável, e em questão da complementariedade de suas economias. Uma forma de criar oportunidades e tentar resolver essa complementariedade seria uma mistura de estruturas de mercado das economias desenvolvidas com as em desenvolvimento.

Schor (2014) busca demonstrar que não são válidos os principais argumentos de (Flemes, 2007) de que Índia, Brasil e África do Sul teriam mais motivos para competirem entre si pelos mercados dos países desenvolvidos do que cooperarem, motivados pela falta de complementariedade de seus produtos e exportações insuficientes por terem economias semelhantes.

Para isso, os métodos utilizados por Schor (2014) são primeiramente de reunir evidências usando dados de valores exportados de 2001 a 2011 entre os três países do IBAS para questionar se existe a falta de complementariedade dessas três economias e, por fim, analisar os possíveis ganhos políticos que resultariam com o aumento do fluxo comercial entre esses países. A autora também utiliza os dois tipos de comércio praticado entre esses países, que são os de inter-indústria, em que se comercializam produtos diferentes, e o de intra-indústria, em que realizam trocas de produtos semelhantes. O objetivo dessa análise é identificar qual é o tipo de comércio realizado pelo IBAS e, com isso, identificar se existe ganhos de comércio.

Para chegar a esses ganhos de comércio Schor (2014) calculou o Índice de Grubel-Lloyd entre os países membros do IBAS e os Estados Unidos, utilizando dados do ano de 2001 e 2012. Os resultados encontrados mostraram que o comércio intra-indústria é relativamente alto para o comércio entre os países do IBAS e os Estados Unidos, o que mostra que seu parque industrial é suficientemente diversificado para se engajar com as indústrias manufatureiras norte-americanas. Entretanto, quando a autora faz o mesmo cálculo para o comércio entre os países membros do IBAS, seus resultados mostraram que apesar do setor de manufatura desses países ser relativamente diversificado para manter um comércio intra-indústria com os Estados Unidos, esse potencial não é plenamente utilizado no comércio entre eles.

Schor (2014) argumenta que existe uma tendência para que o tamanho do comércio intra-indústria dentro do IBAS seja sempre menor do que o comércio dos seus membros com economia desenvolvidas. Ou seja, a autora argumenta que esses dados mostram que ainda há potencial para esse tipo crescer. Em sua conclusão, a autora argumenta que mesmo que nessa última década seja notável um crescimento expressivo do volume comercial entre esses três

países, ainda existem muitos obstáculos a serem enfrentados, sendo que, além da distância, há também barreiras comerciais e a sua redução depende de negociações conjuntas entre os governos, pois, não é questão de resolver todos os problemas de convergências de interesses entre esses países, mas sim de aproximar seus interesses em alguns setores.

Por meio de revisões bibliográficas referente a temática da Coalizão IBAS, esta pesquisa delimita-se em realizar uma análise sobre o contexto histórico da criação e desenvolvimento da coalizão entre os países da Índia, Brasil e África do Sul entre os períodos de 2003 a 2018. O trabalho tem como propósito compreender os objetivos do IBAS no comércio externo, e da mesma forma apresentar como esses países se beneficiam tanto na economia externa como na doméstica.

O diferencial desse trabalho é que nele se deseja descobrir o principal tipo de comércio praticado entre os países do IBAS, os principais tipos de produtos comercializados e, se essa Coalizão pode ser levada adiante trazendo realmente o desenvolvimento que os países emergentes almejam.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho refere-se a uma pesquisa exploratória descritiva, a partir de análise bibliográfica e documental sobre o surgimento da CSS e, através dela, o surgimento da Coalizão IBAS em 2003. Pretende-se descrever quais os objetivos e os ganhos econômicos que o Brasil obteve ao ingressar nesse grupo, analisar a evolução das exportações e importações entre os três países do IBAS, e o tipo de comércio praticado entre eles.

3.1 FONTE DE DADOS

Os dados para este trabalho foram obtidos utilizando o *site* de pesquisa do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e, dentro desse *site*, com os dados do Comércio Exterior (COMEX) sobre a Balança Comercial Brasileira entre 2003 e 2018 foram selecionadas as 22 principais categoriais de produtos comercializados entre os três países e, por meio desses produtos, tentou-se descobrir o tipo de comércio praticado entre eles.

Além disso, também será apresentado características referentes à área, população, renda, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), escolaridade e Produto Interno Bruto (PIB) para cada um desses países.

Dentro da Coalizão IBAS busca-se demonstrar o fluxo comercial e os principais tipos de produtos comercializados entre seus integrantes, por meio de tabelas com dados estatísticos do Comércio Exterior (COMEX), Órgão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Assim, será observado o fluxo comercial entre esses três países no período de 2003, que foi o ano de criação da Coalizão IBAS, ao ano de 2018 que é o último ano com os dados completos.

3.2 ÁREA DE ESTUDO

Nesta seção serão analisados os indicadores socioeconômicos dos três países do IBAS para, assim, obter-se um maior entendimento sobre as características sociais, econômicas, políticas e culturais de cada um desses países. Essa análise é importante porque pode nos ajudar a chegar a uma conclusão sobre, se de acordo com as características de cada país seria possível que ele continuasse praticando o comércio com os outros países do IBAS, prosseguir com a aliança nas questões externas, e se isso traria possíveis benefícios para a sua economia doméstica.

Neste trabalho serão analisados três países emergentes que estão entre as maiores economias em seus continentes, possuem grande extensão territorial, são extremamente populosos, possuem alto grau de desigualdade de distribuição de renda, são ricos em recursos naturais e, seus principais produtos exportados são de origem primária e manufaturados. Partindo dessas semelhanças, serão demonstradas algumas características dos três países do IBAS.

3.2.1 ÍNDIA

O país passou por uma série de reformas a partir de 1991, visando as questões relacionadas a liberalização do comércio, reforma do sistema financeiro doméstico e a abertura financeira, com o objetivo de promover o desenvolvimento com estabilidade macroeconômica. A partir dessas reformas, os resultados apareceram nas transformações do setor produtivo, na inserção externa do país e no sistema financeiro, onde, a Índia demonstrou um elevado crescimento econômico, em que o PIB entre 1992 a 2002 foi de 5,3%, em média, e alcançando de 2003 a 2008 uma média de 8,4% ao ano, de acordo com os dados do Fundo Monetário Internacional (LAVORATTI, 2010).

Com relação aos fluxos comerciais, a internacionalização também se intensificou, fazendo com que a taxa de abertura econômica indiana ultrapassasse o patamar tradicional de 15% da década de 1990, para atingir o patamar de 40% no ano de 2011, sendo considerado um nível elevado para padrões internacionais (BANIK; PADOVANI, 2013).

Em 2017 o crescimento real indiano do PIB foi de 7,61%, com o PIB nominal indo de 1,86 trilhões em 2013 para 2,46 trilhões em 2017, sendo que 16,1% desse valor se referiam à agricultura; 29,5% a indústria e; 54,4% ao setor de serviços. Nesse período, a renda *per capita* (em dólares) foi de US\$1,479, em 2013, para US\$1,852, em 2017. A população era de 1,33 bilhões de habitantes, a medida do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que varia de 0 a 1, era de 0,624, a área total era de 3.287.263 km^2 e a taxa de analfabetismo era de 36,2%, sendo considerada muito alta se comparada a outros países do mundo² (MRE; DPR; DIC, 2017).

Contudo, nesse percurso de crescimento econômico a Índia ainda enfrenta certos desafios, como, por exemplo, garantir a sustentabilidade financeira do país, viabilizar investimentos em infraestrutura, educação e inovação, absorver mão de obra, ofertar mão de obra qualificada e obter segurança alimentar. Levando em conta essas tendências de adaptabilidade, ainda existem desafios em relação as interpretações sobre a economia e a sociedade indiana, que enfatizam seu extremo particularismo, aspectos de pobreza, arcaísmo, rigidez social, instabilidade política, diversidade cultural, entre outras características que no momento dificultam a mobilização da ação coletiva para sustentar o modelo de crescimento do país (BANIK; PADOVANI, 2013).

3.2.2 ÁFRICA DO SUL

O desenvolvimento da política externa sul-africana pode ser dividido em dois períodos. O primeiro refere-se aos anos do Partido Nacional (1948-1994), mais conhecido como o *apartheid*, que se caracterizou pela manutenção do regime de minoria branca, o que gerou guerras regionais, isolamento econômico, boicotes, pressões e contradições como, por exemplo, o apoio dos EUA e Israel em órgãos internacionais. O segundo período ocorreu após a libertação de Nelson Mandela da prisão, em 1990, que se tornou presidente do país em 1994. A partir desse momento, a África do Sul se caracterizou por boas relações, tanto com os

² Dados econômicos sobre os três países do IBAS retirados do: Ministério das Relações Exteriores – MRE / Departamento de Promoção Comercial e Investimentos – DPR / Divisão de Inteligência Comercial – DIC (2017).

países vizinhos, quanto com o restante do mundo. Após esse período de revoluções, no início dos anos 2000, as empresas sul-africanas aumentaram seus investimentos na África Subsaariana, tornando-se assim, um dos principais investidores diretos na região e o maior dos países em desenvolvimento, se apresentando como a principal economia da região subsaariana (RIBEIRO; TIBÚRCIO, 2010).

Com a atuação do presidente Thabo Mbeki, em 2001, o governo tinha por objetivo unir os países africanos, combater o atraso econômico, erradicar a pobreza, retirar o continente africano da marginalização frente a globalização econômica e a valorização da mulher. Isso porque, a política externa sul africana entende que não pode haver desenvolvimento socioeconômico sem a estabilidade política e paz dentro da região subsaariana. Já em 2009, a África do Sul era a 24ª maior economia do mundo, com um PIB de US\$ 508 bilhões e a maior economia do continente africano, representando 12% do PIB da África (RIBEIRO; TIBÚRCIO, 2010).

No ano de 2017, o crescimento do PIB real foi de 0,80%, enquanto o PIB nominal reduziu de US\$367,77 bilhões, em 2013, para US\$288,20 bilhões, em 2017, sendo que 2,4% desse valor vinham da agricultura; 28,9% do setor industrial e; 68,7% do setor de serviços. Nesse período, a renda *per capita* (em dólares) diminuiu de US\$6,914, em 2013, para US\$5,074, em 2017. A população do país sul africano é de 56,80 milhões de habitantes, a medida do IDH era de 0,699, a área total era de 1.221,037 Km² e a taxa de analfabetismo era de 6,5%. Nesse mesmo ano a África do Sul era a 44ª maior economia do mundo (MRE; DPR; DIC, 2017).

Mesmo com toda sua representatividade no continente africano, o país sul africano ainda enfrenta problemas domésticos desafiadores, sendo: o desemprego elevado, altos índices de criminalidade, crescentes imigrações ilegais, tensões étnicas e sociais, questões graves de saúde como, por exemplo, o HIV. Porém, o país sempre procura expandir sua influência de uma forma cada vez mais priorizada pelas grandes economias mundiais (RIBEIRO; TIBÚRCIO, 2010).

3.2.3 BRASIL

Durante o período de 1960 a 1980 o crescimento econômico brasileiro alcançou a surpreendente taxa média de 8,5% ao ano, em termos reais. Após esse período de estabilidade econômica, no meio da década de 60, teve início os anos do Milagre Econômico, em que o crescimento econômico girou em torno de 11,5%, impulsionado por um ambiente

internacional favorável e estimulado por reformas da política, mas, após a crise do petróleo de 1973 o crescimento econômico reduziu a uma taxa em torno de 7,1% (KNIGHT, 1982).

Contudo, esse alto crescimento da economia brasileira era à custa de uma taxa de inflação crescente, grandes desigualdades de distribuição de renda, e altos empréstimos no exterior, onde, em 1973 a inflação se encontrava abaixo dos 20% ao ano e durante a década de 80 atingiu os 110% ao ano, o maior nível já registrado na história do Brasil, sem contar que a dívida externa cresceu para US\$54 bilhões entre 1973 ao final de 1980, a maior entre os países em desenvolvimento (KNIGHT, 1982).

Já na década de 1990 o crescimento brasileiro continua baixo, não alcançando o ciclo de crescimento de longo prazo da economia mundial. Um dos motivos desse baixo crescimento é o protagonismo do setor financeiro, que restringiu as perspectivas de crescimento econômico e o alcance de uma política de afirmação regional e de diversificação das relações comerciais e parcerias internacionais. E este protagonismo do setor financeiro foi realizado por meio de diferentes padrões de políticas públicas e que pode ser observado nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), e no primeiro mandato de Lula (2002-2006), em que ambos priorizavam o controle da inflação, contenção da demanda agregada, e a abertura comercial e financeira (MARTINS, 2007).

Dessa forma, em descompasso com o crescimento econômico mundial no momento, desde 1994 o Brasil cresceu a uma taxa média de 1,3% ao ano, o que se reduz mais ainda nos anos seguintes, já na década de 2000. No que tange ao investimento estrangeiro direto, a participação do país na economia mundial e da América Latina cai de 3% dos fluxos mundiais de capital e 35% da América Latina, entre 1995 e 2000, para 1,6% e 22% em 2005 (MARTINS, 2007).

Em 2017 o crescimento do PIB real reduziu para 1%, uma queda grande quando se compara com os 2,5% registrado em 2013. O PIB nominal foi de US\$2,2 trilhões, sendo que 5,5% desse valor se referiam à agricultura, 18,5% a indústria e, 76% ao setor de serviços. Nesse período, a renda *per capita* registrada era de R\$31.587 ou US\$9.689. A população representava 208,5 milhões de habitantes, a medida do IDH era de 0,759, o que representa um alto desenvolvimento humano, a área total era de 8.515.767,049 km^2 e a taxa de analfabetismo era de 7% da população (IBGE et al , 2017).

De acordo com pesquisa realizada pela Confederação Nacional das Indústrias para os brasileiros, em 2017, os principais problemas domésticos enfrentados pelo país eram o desemprego, corrupção, saúde, segurança pública e educação. Em ordem de classificação, os problemas mais citados foram: 56% dos brasileiros citaram o desemprego; a corrupção foi o

que mais cresceu passando de 40% em 2016 para 55% das citações em 2017; em terceiro a saúde pública com 47% das citações; em quarto lugar a segurança com 38% das citações; e, por fim, a qualidade da educação, com 13% das citações dos brasileiros (CNI, 2018).

De acordo com as características apresentadas para a Índia, o Brasil e a África do Sul, observa-se que os três países apresentam semelhantes problemas de desigualdades sociais, falta de infraestrutura, diferenças na distribuição de renda, saúde, segurança, mesmo sendo grandes economias em seus continentes e com um grau de crescimento econômico considerável. Entretanto, mesmo os três países apresentando essas semelhanças, o Brasil, diferentemente dos outros dois países do IBAS não teve guerras e nem *apartheid*, mesmo assim foi o país que cresceu menos se comparados com Índia e África do Sul.

3.3 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

Neste trabalho, pretende-se analisar e calcular a quantidade de exportações e importações dos produtos comercializados entre os três países do IBAS. Fazendo esse cálculo, poderemos observar se, com as exportações e importações entre Índia, Brasil e África do Sul a Balança Comercial entre eles está incorrendo em déficits ou superávits, se os fluxos comerciais estão aumentando, e se existem ganhos de comércio entre eles com os tipos de produtos que eles comercializam.

Com o cálculo denominado de Índice de Grubel-Lloyd, ainda poderemos analisar se o tipo de comércio predominante entre eles é de fato o de intra-indústria ou inter-indústria e qual deles se enquadraria melhor entre esses três países.

De acordo com Vasconcelos (2003) o comércio intra-indústria consiste em um tipo de comércio onde ocorrem exportações e importações de produtos de um mesmo segmento industrial entre dois países ou grupos de países, enquanto, o no comércio inter-indústria ocorrem o intercâmbio comercial entre diferentes setores industriais de atividade. Para Grubel-Lloyd, o comércio intra-indústria é definido como o valor das exportações igualmente compensada pelo valor das importações de uma mesma indústria. Para se calcular o nível comercial dos setores industriais entre países será utilizado o Índice de Grubel-Lloyd, que pode ser representado da seguinte forma:

$$Bi = \frac{(X_i + M_i) - |X_i - M_i|}{(X_i + M_i)}$$

$$0 \leq B_i \leq 1$$

Em que:

X_i e M_i representam o valor das exportações e importações da indústria i , respectivamente;

$(X_i + M_i)$ é o comércio total da indústria i ;

$(X_i + M_i) - |X_i - M_i|$ o comércio intra-indústria e, conseqüentemente;

$|X_i - M_i|$ é o comércio inter-indústria.

Ainda de acordo com Vasconcelos (2003), em termos agregados temos:

$$B = 1 - \frac{\sum_i^n |X_i - M_i|}{\sum_i^n (X_i + M_i)}, \quad \text{com } i = \dots n.$$

O índice B das fórmulas acima está contido no intervalo entre 0 e 1. Quando o resultado do comércio for todo explicado pelo comércio inter-indústria o valor do índice será zero, ou seja, as exportações ou as importações do bem i serão iguais à zero. Já no caso, quando todo o comércio for intra-indústria o valor do índice será igual a um, ou seja, as exportações seriam iguais o valor das importações de cada bem i (VASCONCELOS, 2003).

Os dados utilizados para o cálculo do Índice de Grubel-Lloyd são o das exportações e importações do total de produtos comercializados entre os três países do IBAS e também dos principais tipos de segmentos dos produtos exportados entre eles como, por exemplo, produtos de origem animal e vegetal, produtos industriais (como bebidas, alimentos, etc.), produtos minerais, produtos fabricados pelas indústrias químicas, máquinas, materiais têxteis e calçados.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, por meio da análise gráfica, será demonstrada a evolução das exportações e importações entre Índia, Brasil e África do Sul nos anos de 2003 a 2018, e as variações da Balança Comercial nesse período de análise.

Após demonstrar as variações das relações comerciais entre os três países do IBAS, serão apresentados, por meio de tabelas, os resultados do cálculo do Índice de Grubel-Lloyd, que pretende demonstrar se o tipo de comércio praticado entre os três países no período de 2003 a 2018 é inter-indústria ou intra-indústria.

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES - IBAS

Na análise descritiva serão apresentadas as variações das exportações e importações e suas relações no período de 2003 a 2018, sendo, os três primeiros gráficos demonstrando a evolução das exportações e importações entre os três países do IBAS, os quatro últimos gráficos a variação da Balança comercial entre eles com passar dos anos e uma comparação com a Balança Comercial do Brasil com o Mundo.

A tabela 1, abaixo, apresenta a evolução das exportações, importações e o saldo comercial entre Brasil e Índia.

Tabela 1 – Exportação, Importação e Balança Comercial entre Brasil e Índia

Ano	Exportação	Importação	Balança Comercial
2003	553.112.919	485.425.308	67.687.611
2004	651.355.119	555.929.819	95.425.300
2005	1.137.748.151	1.202.614.571	-64.866.420
2006	938.669.090	1.472.032.466	-533.363.376
2007	957.603.805	2.138.981.893	-1.181.378.088
2008	1.101.862.198	3.557.906.679	-2.456.044.481
2009	3.414.499.413	2.191.317.771	1.223.181.642
2010	3.490.424.755	4.243.145.061	-752.720.306
2011	3.200.382.602	6.078.313.222	-2.877.930.620
2012	5.575.574.651	5.042.844.590	532.730.061
2013	3.129.782.785	6.357.215.335	-3.227.432.550
2014	4.787.813.135	6.640.218.635	-1.852.405.500
2015	3.617.195.206	4.289.498.566	-672.303.360
2016	3.161.432.097	2.482.182.224	679.249.873
2017	4.657.327.590	2.945.674.680	1.711.652.910
2018	3.908.940.683	3.662.823.569	246.117.114

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do COMEX.

Esses dados também podem ser vistos na Figura 1.

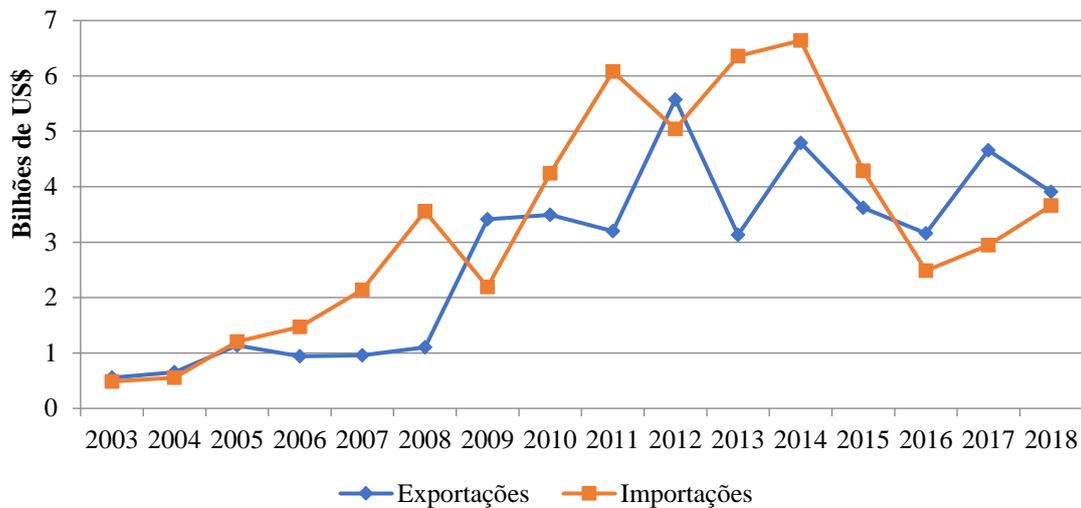


Figura 1 – Evolução das exportações e importações entre Brasil e Índia.
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do COMEX.

Na Figura 1, pode-se observar que na maioria dos anos entre 2003 a 2018 a quantidade de importação de mercadorias indianas por parte do Brasil era maior do que o nível de exportações brasileiras para a Índia. Sendo os anos de 2013 e 2014 os anos que o Brasil mais importou mercadorias, e entre os anos de 2016 a 2018 o período em que mais se igualou a quantidade de exportações e importações entre esses dois países. Em que, desde o ano da criação do IBAS em 2003 a 2018, houve um aumento de 606,88% no volume das exportações brasileiras para a Índia e 654,55% de aumento no volume das importações de mercadorias indianas pelo Brasil.

De acordo com os dados do COMEX, o Brasil exporta em maior quantidade para a Índia produtos minerais, pérolas naturais ou cultivadas, metais preciosos ou pedras preciosas e importa em grande quantidade produtos das indústrias químicas ou indústrias conexas.

A tabela 2 apresenta a evolução das exportações, importações e saldo comercial entre Brasil e África do Sul.

Tabela 2 – Exportação, Importação e Balança Comercial entre Brasil e África do Sul

Ano	Exportação	Importação	Balança Comercial
2003	732.630.824	202.065.845	530.564.979
2004	1.033.816.640	267.687.300	766.129.340
2005	1.371.029.860	340.775.788	1.030.254.072
2006	1.461.133.067	434.213.816	1.026.919.251
2007	1.757.066.682	521.856.167	1.235.210.515
2008	1.752.957.867	774.151.654	978.806.213
2009	1.259.101.323	433.219.650	825.881.673
2010	1.309.311.728	753.433.784	555.877.944
2011	1.679.474.376	911.718.674	767.755.702
2012	1.764.251.483	848.620.210	915.631.273
2013	1.835.424.061	719.604.740	1.115.819.321
2014	1.225.273.459	731.854.353	493.419.106
2015	1.353.281.612	644.600.045	708.681.567
2016	1.397.021.495	336.283.420	1.060.738.075
2017	1.509.611.624	488.627.875	1.020.983.749
2018	1.362.465.926	662.936.821	699.529.105

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do COMEX.

Esses dados também são apresentados na Figura 2.

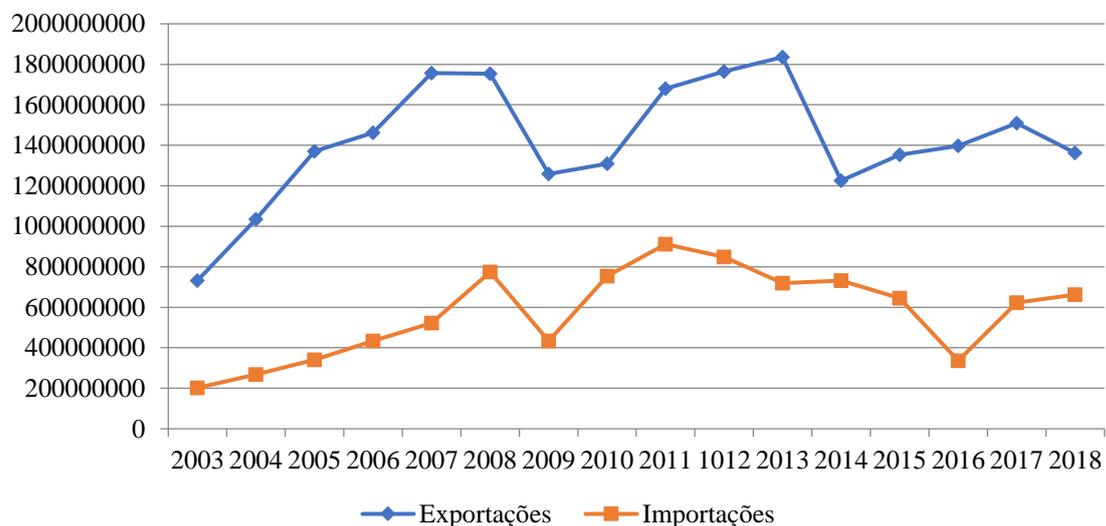


Figura 2 – Evolução das exportações e importações entre Brasil e África do Sul, em dólares.
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do COMEX.

Nesta figura foi realizada uma análise da evolução das exportações e importações entre Brasil e África do Sul, onde, pode ser observado que, ao contrário da relação comercial com o país indiano, as exportações brasileiras para o país sul africano, desde 2003 até 2018, foram em todos os anos muito superiores as importações, atingindo o maior nível de

exportações em 2013 e o maior nível de importações em 2011. Em relação à África do Sul, desde a criação do IBAS em 2003 a 2018, houve um aumento de 85,96% do volume das exportações brasileiras para a África do Sul e 228,07% de aumento no volume das importações de mercadorias sul africanas pelo Brasil.

Com base nos dados do COMEX, alguns dos produtos mais exportados pelo Brasil para a África do Sul são animais vivos e produtos do reino animal, produtos do reino vegetal e materiais de transporte, e as mercadorias sul africanas mais importadas são pedras preciosas, metais preciosos, pérolas cultivadas ou naturais.

A tabela 3 apresenta a evolução das exportações e importações do IBAS.

Tabela 3 – Exportação, Importação e Balança Comercial entre Brasil e IBAS

Ano	Exportação	Importação	Balança Comercial
2003	1.285.743.743	687.491.153	598.252.590
2004	1.685.171.759	823.617.119	861.554.640
2005	2.508.778.011	1.543.390.359	965.387.652
2006	2.399.802.157	1.906.246.282	493.555.875
2007	2.714.670.487	2.660.838.060	53.832.427
2008	2.854.820.065	4.332.058.333	-1.477.238.268
2009	4.673.600.736	2.624.537.421	2.049.063.315
2010	4.799.736.483	4.996.578.845	-196.842.362
2011	4.879.856.978	6.990.031.896	-2.110.174.918
2012	7.339.826.134	5.891.464.800	1.448.361.334
2013	4.965.206.846	7.076.820.075	-2.111.613.229
2014	6.013.086.594	7.372.072.988	-1.358.986.394
2015	4.970.476.818	4.934.098.611	36.378.207
2016	4.558.453.592	2.818.465.644	1.739.987.948
2017	6.166.939.214	3.434.302.555	2.732.636.659
2018	5.271.406.609	4.325.760.390	945.646.219

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do COMEX.

Esses dados também são apresentados na Figura 3.

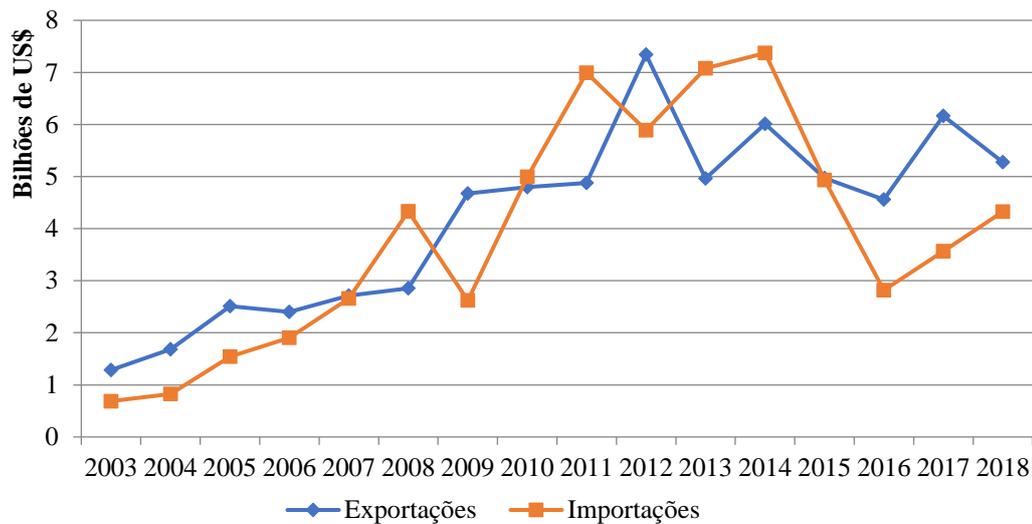


Figura 3 – Evolução das exportações e importações do IBAS.
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do COMEX.

A Figura 3, acima, apresenta a evolução das exportações e importações da soma do total de comércio dos três países do IBAS juntos, pode ser observada uma variação mais próxima entre as exportações e importação do ano de 2003 a 2018, tendo o maior volume de exportações brasileiras para Índia e África do Sul entre os anos de 2011 a 2012 e o maior volume de importações de mercadorias desses dois países por parte do Brasil entre os anos de 2013 a 2014. Em termos percentuais, desde a criação do IBAS em 2003 até 2018, o volume de comércio do Brasil com os dois países da coalizão teve um aumento de 309,98% nas exportações e 529,20% de aumento nas importações.

Os tipos de mercadorias mais exportadas pelo Brasil para Índia e África do Sul são materiais de transporte, gorduras e óleos animais ou vegetais, gorduras alimentares, animais vivos e produtos do reino animal e produtos minerais. Enquanto as mercadorias que o Brasil mais importa desses dois países são produtos das indústrias químicas, máquinas e aparelhos, materiais elétricos e suas partes, aparelhos de gravação e, também, produtos minerais.

Serão apresentadas às mudanças no nível da Balança Comercial (que é igual as exportações menos as importações) dos três países do IBAS entre os anos de 2003 a 2018. Se o valor da diferença entre os dois for negativo, isso significa que as importações são maiores que as exportações, o que gera um déficit com o país estrangeiro, mas se o valor for positivo significa que as exportações são maiores, o que indica que o país tem um superávit e se torna credor do país estrangeiro.

A Figura 4 apresenta a Balança Comercial entre Brasil e Índia.

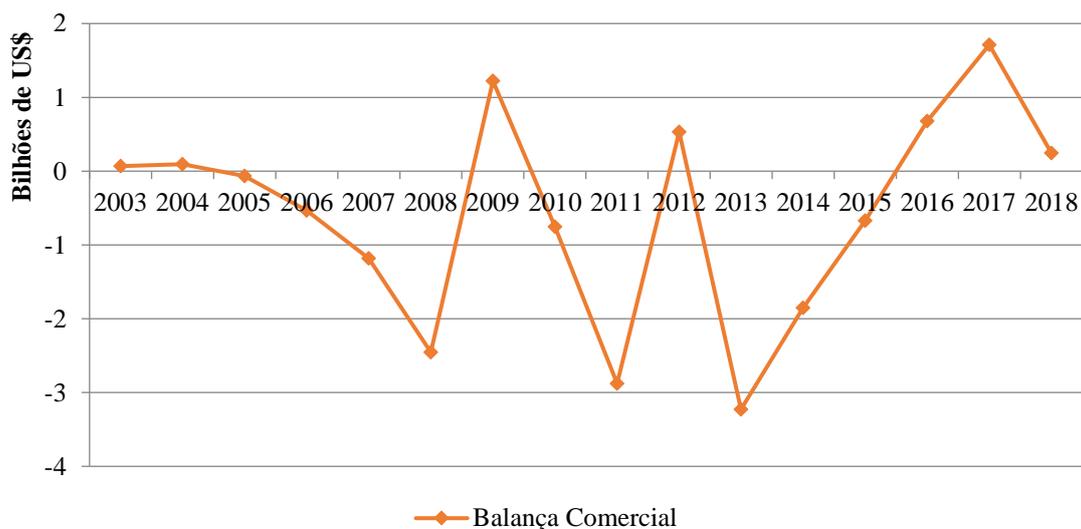


Figura 4 – Balança Comercial entre Brasil e Índia.
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do COMEX.

Na Figura 4 observa-se que entre 2005 e 2015 quase todos os anos da Balança Comercial apresenta valor negativo, ou seja, um déficit do Brasil com a Índia, exceto 2009 e 2012. Já a partir do ano de 2016 até 2018 o Brasil se recupera desse déficit e apresenta valores positivos na Balança Comercial, ou seja, tem um superávit em relação a Índia, sendo, o ano de maior superávit em 2017 e de maior déficit em 2013.

A Figura 5, abaixo, apresenta a Balança Comercial entre Brasil e África do Sul.

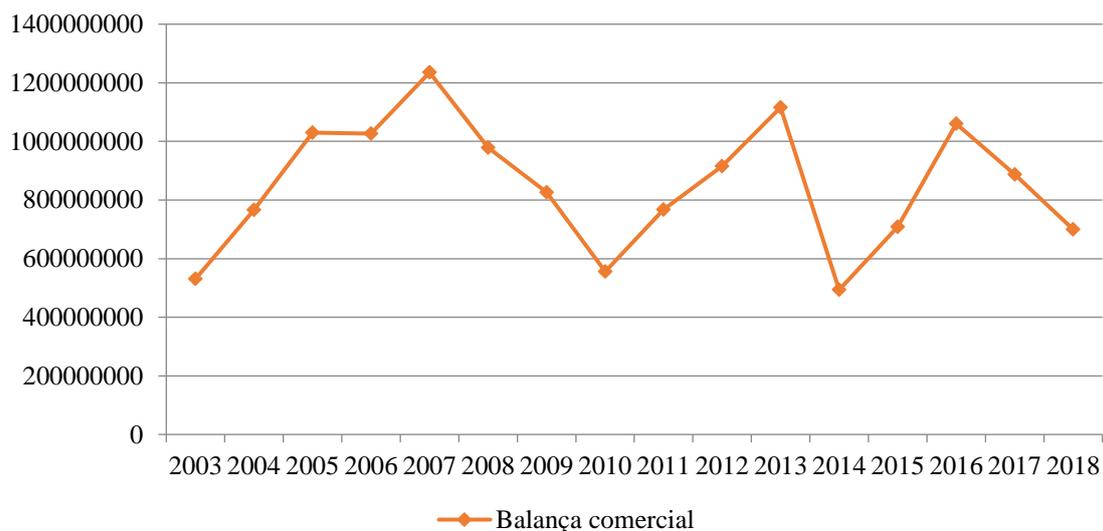


Figura 5 – Balança comercial entre Brasil e África do Sul, em dólares.
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do COMEX.

Pode ser observado que do ano de 2003 até 2018, todos os anos da Balança Comercial apresentam valores positivos, ou seja, apresentam exportações bem maiores que as importações. Dessa forma, em todos os anos o Brasil sempre teve superávit em relação a África do Sul, sendo o ano de maior superávit em 2007.

A Figura 6, abaixo, apresenta a Balança Comercial do IBAS.

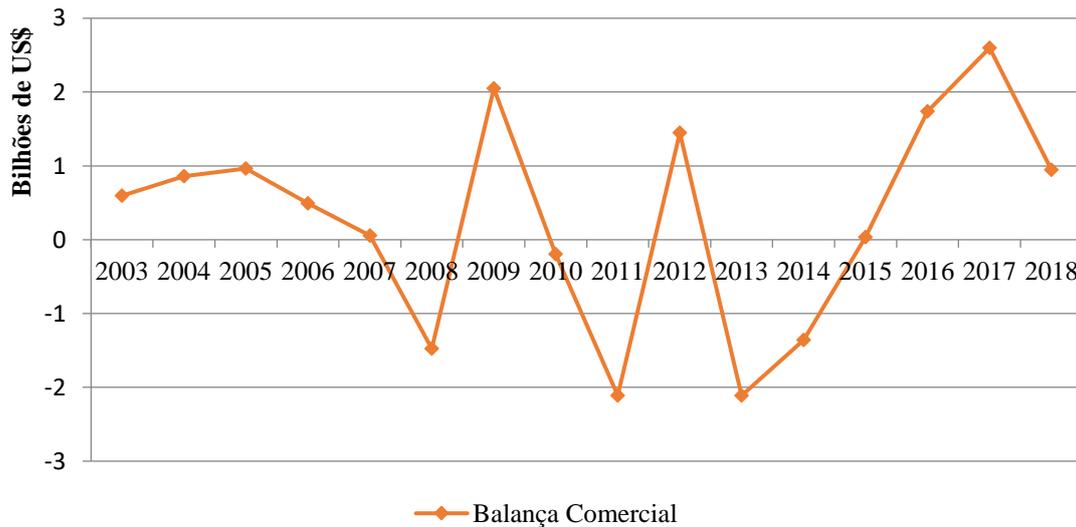


Figura 6 – Balança Comercial do IBAS.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do COMEX.

A Balança Comercial, está sendo analisada a diferença das exportações menos as importações do Brasil com a Índia e África do Sul em conjunto e, assim, pode ser observado que do ano de 2008 até 2014, quase todos os anos, exceto os anos de 2009 e 2012 apresentam valores negativos na Balança Comercial brasileira ou um déficit em relação aos outros dois países do IBAS por estar importando mais do que exportando mercadorias. Já a partir de 2015 o Brasil se recupera do déficit e passa a ter valores positivos na Balança Comercial ou maiores exportações do que importações, sendo, o ano de maior superávit brasileiro em relação a Índia e África do Sul em 2017.

Com esses resultados encontrados na análise da Balança Comercial, pode-se concluir que, pelo menos em um ponto, Flandes (2007) está correto, quando afirma que o comércio entre esses três países ainda é um pouco limitado pela falta de complementariedade de produtos em suas exportações. Por outro lado, Schor (2014) está certa em afirmar que o comércio entre os três países do IBAS geram sim ganhos de comércio por tornarem os custos das transações mais baixos e gerar maiores mercados dos mesmos produtos. Ou seja, mesmo com o grande aumento do volume de comércio entre esses três países de 2003 a 2018 dos

mesmos tipos de produtos, ainda é pequeno o aumento da quantidade das exportações e importações de um ano para o outro entre eles, apresentando oscilações e déficits em ambos os países em alguns anos.

4.2 RESULTADOS DO ÍNDICE DE GRUBEL-LLOYD

Nesta seção são apresentados os valores calculados do Índice de Grubel-Lloyd, referente ao tipo de comércio praticado entre Índia, Brasil e África do Sul na coalizão IBAS. Esse cálculo é feito do ano de 2003 a 2018 com todas as categorias de produtos exportados e importados entre eles. Como já foi apresentado na metodologia, se esse valor for próximo de 1 o tipo de comércio praticado entre eles será do tipo intra-indústria e se for próximo de 0 o comércio será do tipo inter-indústria.

Relembrando que no comércio inter-indústria ocorrem intercâmbio comercial entre diferentes setores industriais de atividade e maiores disparidades entre as quantidades de exportações e importações entre dois países ou grupo de países. Já no comércio intra-indústria ocorrem exportações e importações de produtos do mesmo segmento industrial entre dois países ou grupos de países, ou seja, nesse tipo de comércio o valor das exportações e importações é igualmente compensado.

O Quadro 1 apresenta os valores do cálculo do Índice de Grubel-Lloyd do comércio entre Brasil e Índia.

Quadro 1 - Valores do cálculo do Índice de Grubel-Lloyd do comércio entre Brasil e Índia

Categorias:	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
I - Animais vivos e produtos do reino animal.	0,6	0,92	0,006	0,03	0,47	0,72	0,38	0,86	0,47	0,11	0,05	0,67	0,37	0,67	0,19	0,09
II - Produtos do reino vegetal.	0,56	0,49	0,3	0,33	0,97	0,84	0,83	0,35	0,44	0,67	0,51	0,84	0,82	0,83	0,9	0,89
III - Gorduras e óleos animais ou vegetais, etc.	0,0002	0,01	0,0007	0,0009	0,04	0,08	0,13	0,27	0,09	0,09	0,08	0,03	0,008	0,03	0,08	0,03
IV - Produtos das Indústrias alimentares, bebidas, etc.	0,03	0,01	0,004	0,25	0,49	0,26	0,02	0,07	0,09	0,01	0,04	0,01	0,02	0,009	0,008	0,03
V - Produtos Minerais.	0,88	0,64	0,32	0,64	0,46	0,33	0,72	0,94	0,79	0,72	0,71	0,87	0,94	0,29	0,05	0,13
VI - Produtos das Indústrias químicas ou Indústrias conexas.	0,37	0,37	0,37	0,3	0,27	0,2	0,18	0,28	0,18	0,16	0,19	0,23	0,27	0,24	0,27	0,25
VII - Plásticos e suas obras, borracha e suas obras.	0,9	0,83	0,62	0,72	0,48	0,43	0,85	0,4	0,21	0,36	0,19	0,24	0,53	0,89	0,91	0,61
VIII - Peles, couros, peleteria e obras destas matérias, etc.	0,42	0,42	0,45	0,32	0,35	0,8	0,37	0,35	0,7	0,8	0,62	0,55	0,41	0,31	0,41	0,36
IX - Madeira, carvão vegetal e obras de madeira, cortiça.	0,97	0,45	0,83	0,61	0,51	0,47	0,6	0,33	0,21	0,22	0,22	0,21	0,08	0,05	0,06	0,09
X - Pastas de madeira, etc, papel e suas obras.	0,07	0,08	0,03	0,32	0,3	0,34	0,29	0,9	0,46	0,82	0,87	0,82	0,75	0,35	0,38	0,32
XI - Materiais têxteis e suas obras.	0,34	0,51	0,12	0,06	0,03	0,01	0,02	0,01	0,003	0,02	0,02	0,02	0,03	0,08	0,04	0,03
XII - Calçados, chapéus e artefatos de uso semelhante, etc.	0,31	0,37	0,72	0,66	0,47	0,96	0,73	0,46	0,31	0,24	0,27	0,51	0,49	0,64	0,71	0,63
XIII - Obras de pedra, gesso, cimento, etc, produtos cerâmicos.	0,64	0,74	0,54	0,67	0,51	0,47	0,27	0,38	0,35	0,22	0,18	0,1	0,13	0,22	0,31	0,3
XIV - Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas, etc.	0,21	0,13	0,14	0,24	0,32	0,92	0,63	0,57	0,58	0,86	0,62	0,07	0,03	0,14	0,06	0,05
XV - Metais comuns e suas obras.	0,89	0,96	0,75	0,64	0,66	0,77	0,56	0,85	0,92	0,9	0,66	0,82	0,87	0,91	0,87	0,59
XVI - Máquinas e aparelhos, material elétrico, suas partes.	0,76	0,81	0,7	0,79	0,9	0,69	0,62	0,54	0,41	0,37	0,38	0,45	0,41	0,51	0,48	0,59
XVII - Material de transporte.	0,55	0,61	0,12	0,26	0,99	0,95	0,85	0,5	0,57	0,75	0,69	0,63	0,78	0,29	0,83	0,45
XVIII - Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia, medida, controle ou precisão.	0,81	0,83	0,85	0,91	0,97	0,89	0,99	0,68	0,61	0,6	0,61	0,54	0,5	0,42	0,42	0,38
XIX - Armas e munições; suas partes e acessórios.	0	---	0	---	0	0,54	0	0,02	0,03	0	0	---	0,08	0,03	0	0
XX - Mercadorias e produtos diversos.	0,44	0,76	0,5	0,64	0,18	0,27	0,18	0,15	0,09	0,05	0,06	0,06	0,07	0,08	0,11	0,12
XXI - Objetos de arte, de coleção e antiguidades.	0	0	0,003	0	0,65	0	0,23	0,01	0,03	0	0	0	0	---	0	0,17
XXII - Transações especiais.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL (média):	0,44	0,47	0,33	0,39	0,45	0,49	0,42	0,4	0,34	0,36	0,31	0,36	0,34	0,33	0,32	0,27

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do COMEX

Como pode ser observado no Quadro 1, a média do valor total do índice de todos os produtos exportados e importados entre Brasil e Índia apresentam valores abaixo de 0,5, ou seja, está indicando que o tipo de comércio praticado entre esses dois países é inter-indústria, pois existem diferenças maiores entre as quantidades de importações e exportações entre esses dois países.

Mesmo quando se fala em média da soma dos valores totais do índice de Grubel-Lloyd de todos os 22 tipos de produtos juntos que são comercializados entre Brasil e Índia que vão dos anos de 2003 a 2018, o tipo de comércio praticado entre eles seja inter-indústria. Se formos analisar em valores individuais de cada tipo de produto comercializado nesse período, pode-se observar que em algumas dessas categorias de produtos, o tipo de comércio praticado será o de intra-indústria, por apresentarem em quase todos os anos valores acima de 0,5 e próximos de 1, sendo algumas categorias com esse tipo de comércio: XV – metais comuns e suas obras; XVIII – Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia, medida, controle ou precisão; XVII – material de transporte; V – produtos minerais.

Esses segmentos de produtos comercializados entre Brasil e Índia do tipo intra-indústria que foram citados acima, significam que as quantidades de exportações e importações desses produtos entre os dois países são muito próximas.

O Quadro 2 apresenta os valores do cálculo do Índice de Grubel-Lloyd do comércio entre Brasil e África do Sul.

Quadro 2 - Valores do cálculo do Índice de Grubel-Lloyd do comércio entre Brasil e África do Sul

Categorias:	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
I - Animais vivos e produtos do reino animal.	0,03	0,01	0,01	0,02	0,009	0,006	0,02	0,01	0,008	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,003	0,005
II - Produtos do reino vegetal.	0,73	0,15	0,17	0,07	0,1	0,22	0,06	0,18	0,07	0,1	0,16	0,77	0,13	0,18	0,53	0,79
III - Gorduras e óleos animais ou vegetais, etc.	0,001	0,006	0,002	0,0007	0,0001	0,001	0,005	0,006	0,00001	0,001	0,005	0,004	0,004	0,002	0,02	0,02
IV - Produtos das Indústrias alimentares, bebidas, etc.	0,06	0,02	0,02	0,03	0,04	0,04	0,04	0,11	0,07	0,09	0,06	0,17	0,13	0,05	0,05	0,14
V - Produtos Minerais.	0,76	0,71	0,98	0,72	0,67	0,39	0,52	0,67	0,66	0,7	0,83	0,81	0,72	0,72	0,75	0,94
VI - Produtos das Indústrias químicas ou Indústrias conexas.	0,86	0,81	0,96	0,82	0,78	0,84	0,66	0,65	0,58	0,4	0,44	0,41	0,5	0,93	0,86	0,48
VII - Plásticos e suas obras, borracha e suas obras.	0,12	0,11	0,16	0,11	0,13	0,66	0,73	0,83	0,72	0,72	0,51	0,65	0,4	0,47	0,42	0,24
VIII - Peles, couros, peleteria e obras destas matérias, etc.	0,006	0,03	0,02	0,002	0,03	0,0008	0,004	0,008	0,01	0,005	0,007	0,007	0,01	0,02	0,27	0,61
IX - Madeira, carvão vegetal e obras de madeira, cortiça.	0,09	0,05	0,0008	0,0002	0,009	0,009	0,001	0,0008	0,0004	0,0003	0,0002	0,0003	0,0004	0,0007	0,0001	0,0004
X - Pastas de madeira, etc, papel e suas obras.	0,35	0,61	0,6	0,45	0,36	0,5	0,21	0,24	0,45	0,32	0,11	0,11	0,11	0,06	0,03	0,02
XI - Materiais têxteis e suas obras.	0,77	0,68	0,79	0,82	0,79	0,89	0,59	0,27	0,18	0,23	0,64	0,77	0,68	0,66	0,74	0,94
XII - Calçados, chapéus e artefatos de uso semelhante, etc.	0,01	0,03	0,01	0,04	0,01	0,04	0,04	0,07	0,08	0,05	0,03	0,05	0,05	0,04	0,04	0,13
XIII - Obras de pedra, gesso, cimento, etc, produtos cerâmicos.	0,06	0,11	0,09	0,14	0,11	0,19	0,4	0,47	0,81	0,48	0,61	0,57	0,48	0,33	0,3	0,36
XIV - Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas, etc.	0,07	0,06	0,07	0,05	0,05	0,43	0,03	0,05	0,03	0,6	0,29	0,03	0,03	0,07	0,02	0,03
XV - Metais comuns e suas obras.	0,8	0,66	0,61	0,72	0,65	0,34	0,67	0,41	0,54	0,53	0,9	0,84	0,8	0,73	0,82	0,76
XVI - Máquinas e aparelhos, material elétrico, suas partes.	0,24	0,19	0,3	0,28	0,31	0,42	0,58	0,67	0,55	0,39	0,2	0,18	0,15	0,15	0,14	0,11
XVII - Material de transporte.	0,03	0,04	0,04	0,05	0,09	0,07	0,02	0,04	0,03	0,03	0,12	0,33	0,6	0,07	0,04	0,07
XVIII - Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia, medida, controle ou precisão.	0,37	0,14	0,11	0,27	0,15	0,28	0,28	0,41	0,47	0,4	0,62	0,21	0,41	0,28	0,02	0,65
XIX - Armas e munições; suas partes e acessórios.	0,85	0,51	0,4	0,65	0	0,01	0,67	0,7	0,67	0,06	0	0	0,07	0,33	0,001	0,003
XX - Mercadorias e produtos diversos.	0,02	0,01	0,04	0,1	0,01	0,03	0,04	0,03	0,04	0,01	0,03	0,16	0,04	0,1	0,03	0,11
XXI - Objetos de arte, de coleção e antiguidades.	0	0	0,42	0	0	0	0,001	0	0	0	0,74	0	0	0,77	0,49	0,68
XXII - Transações especiais.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL (média):	0,28	0,22	0,26	0,24	0,19	0,24	0,25	0,26	0,27	0,23	0,28	0,27	0,24	0,27	0,25	0,32

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do COMEX.

No Quadro 2, são apresentados todos os valores finais do cálculo do Índice de Grubel-Lloyd entre as exportações e importações do Brasil com a África do Sul, e nessa tabela também pode ser observado que todas as médias dos valores totais dos 22 tipos de produtos juntos que são comercializados entre esses dois países estão bem abaixo de 0,5 (0,3 em média) e até bem mais abaixo, se comparados com os valores da tabela anterior entre Brasil e Índia.

Dessa forma, no caso do país sul africano observa-se que o tipo de comércio é inter-indústria. Nesse caso, as somas de todos os valores totais dos 22 tipos de produtos juntos, que são comercializados entre esses dois países, apresentam dos anos de 2003 a 2018 diferenças ainda maiores entre as quantidades de exportações e importações.

Mas, se esses resultados forem analisados de forma separa para cada tipo de produto comercializado entre Brasil e África do Sul, pode ser observado que algumas categorias de produtos possuem o tipo de comércio intra-indústria com valores bem acima de 0,5 e próximo de 1 em quase todos os anos de análise, o que indica que as quantidades de exportações e importações desses produtos entre os dois países são bem próximos. E os tipos de produtos classificados como intra-indústria são: V – produtos minerais; VI – Produtos das indústrias químicas ou indústrias conexas; XV – metais comuns e suas obras; XI – materiais têxteis e suas obras.

O Quadro 3 apresenta os valores do cálculo do Índice de Grubel-Lloyd do comércio do Brasil no IBAS.

Quadro 3 - Valores do cálculo do Índice de Grubel-Lloyd do comércio do Brasil no IBAS

Categorias:	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
I - Animais vivos e produtos do reino animal.	0,04	0,02	0,02	0,03	0,02	0,02	0,03	0,02	0,01	0,01	0,03	0,02	0,03	0,05	0,02	0,03
II - Produtos do reino vegetal.	0,92	0,9	0,9	0,8	0,66	0,92	0,61	0,83	0,56	0,51	0,79	0,94	0,45	0,63	0,85	0,87
III - Gorduras e óleos animais ou vegetais, etc.	0,0005	0,01	0,001	0,0009	0,02	0,04	0,11	0,23	0,08	0,09	0,08	0,03	0,008	0,02	0,08	0,03
IV - Produtos das Indústrias alimentares, bebidas, etc.	0,05	0,01	0,01	0,05	0,07	0,11	0,02	0,07	0,08	0,03	0,04	0,04	0,04	0,01	0,03	0,05
V - Produtos Minerais.	0,92	0,66	0,41	0,65	0,48	0,33	0,75	0,93	0,78	0,75	0,71	0,87	0,93	0,37	0,14	0,25
VI - Produtos das Indústrias químicas ou Indústrias conexas.	0,51	0,48	0,5	0,43	0,38	0,32	0,26	0,35	0,27	0,21	0,23	0,26	0,3	0,34	0,34	0,27
VII - Plásticos e suas obras, borracha e suas obras.	0,54	0,58	0,94	0,82	0,99	0,75	0,99	0,57	0,42	0,51	0,33	0,36	0,71	0,8	0,99	0,79
VIII - Peles, couros, peleteria e obras destas matérias, etc.	0,1	0,12	0,18	0,13	0,16	0,38	0,2	0,17	0,31	0,46	0,34	0,35	0,33	0,22	0,43	0,44
IX - Madeira, carvão vegetal e obras de madeira, cortiça.	0,15	0,13	0,06	0,08	0,08	0,12	0,17	0,13	0,07	0,09	0,1	0,1	0,06	0,04	0,04	0,06
X - Pastas de madeira, etc, papel e suas obras.	0,34	0,58	0,48	0,44	0,35	0,46	0,23	0,54	0,45	0,45	0,3	0,34	0,25	0,13	0,16	0,14
XI - Materiais têxteis e suas obras.	0,47	0,54	0,24	0,15	0,09	0,05	0,05	0,03	0,07	0,06	0,05	0,04	0,06	0,11	0,07	0,04
XII - Calçados, chapéus e artefatos de uso semelhante, etc.	0,05	0,08	0,08	0,15	0,12	0,29	0,45	0,78	0,9	0,99	0,86	0,88	0,76	0,7	0,9	0,92
XIII - Obras de pedra, gesso, cimento, etc, produtos cerâmicos.	0,21	0,28	0,36	0,35	0,41	0,65	0,88	0,85	0,64	0,63	0,54	0,39	0,3	0,56	0,53	0,48
XIV - Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas, etc.	0,37	0,35	0,44	0,27	0,29	0,5	0,23	0,22	0,18	0,63	0,32	0,42	0,29	0,53	0,56	0,48
XV - Metais comuns e suas obras.	0,86	0,73	0,79	0,97	0,93	0,53	0,8	0,86	0,85	0,88	0,77	0,83	0,99	0,84	0,95	0,65
XVI - Máquinas e aparelhos, material elétrico, suas partes.	0,41	0,37	0,45	0,49	0,67	0,88	0,9	0,8	0,76	0,75	0,85	0,86	0,82	0,95	0,9	0,96
XVII - Material de transporte.	0,08	0,09	0,06	0,08	0,18	0,22	0,25	0,38	0,4	0,34	0,6	0,76	0,82	0,42	0,59	0,61
XVIII - Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia, medida, controle ou precisão.	0,97	0,92	0,88	0,76	0,78	0,85	0,87	0,83	0,76	0,75	0,73	0,78	0,75	0,57	0,51	0,45
XIX - Armas e munições; suas partes e acessórios.	0,85	0,51	0,41	0,65	0,35	0,93	0,21	0,41	0,92	0,57	0,39	0	0,07	0,32	0,2	0,3
XX - Mercadorias e produtos diversos.	0,72	0,61	0,56	0,65	0,76	0,88	0,91	0,98	0,7	0,58	0,42	0,35	0,45	0,51	0,41	0,36
XXI - Objetos de arte, de coleção e antiguidades.	0	0	0,07	0	0,57	0	0,24	0,01	0,03	0	0,82	0,07	0	0,77	0,09	0,67
XXII - Transações especiais.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL (média):	0,38	0,36	0,35	0,36	0,38	0,41	0,41	0,45	0,42	0,42	0,42	0,39	0,38	0,4	0,39	0,4

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do COMEX.

No Quadro 3, são apresentados todos os valores do cálculo do Índice de Grubel-Lloyd das exportações e importações dos 22 tipos de produtos comercializados entre o Brasil, Índia e África do Sul juntos na coalizão IBAS, dos anos de 2003 a 2018. Pode-se observar que se forem analisados as somas das médias de todos os tipos de produtos juntos que são comercializados, pode ser observado que os valores de todos os anos analisados estão abaixo de 0,5 indicando o tipo de comércio inter-indústria entre os três países do IBAS, inclusive os anos de 2008 e 2009 e, em seguida, nos anos de 2011 a 2013 as somas das médias dos valores totais de todos os tipos de produtos juntos permanecem inalterados, porém, em todos os anos obtendo valores muito próximos e abaixo de 0,5.

Porém, ao analisar os valores separados dos 22 tipos de produtos comercializados entre os três países do IBAS, podem ser observados que alguns tipos de produtos comercializados entre esses países também apresentam tipo de comércio intra-indústria, ou seja, em quase todos os anos tem valores acima de 0,5 e próximos de 1, com quantidades de produtos importados e exportados bem próximas de se igualarem.

E os tipos de produtos classificados como de comércio intra-indústria no IBAS são: V – produtos minerais, porém com valores menores em 2017 e 2018; VII – Plásticos e suas obras, borracha e suas obras; XII – calçados, chapéus e artefatos de uso semelhante, etc., que a partir de 2010 passou a ter valores bem próximos de 1; XV – metais comuns e suas obras; XVI – máquinas e aparelhos, material elétrico, suas partes; XVIII – instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia, medida, controle ou precisão, obtendo menores valores e mais distantes de 1 nos anos de 2016 a 2018.

Por fim, após serem analisadas as tabelas acima sobre o cálculo do Índice de Grubel-Lloyd das exportações e importações entre os anos de 2003 a 2018 do Brasil com a Índia, depois com a África do Sul e por último a análise geral dos três países juntos dentro do IBAS, pode ser observado que em todas as tabelas a soma de todos os valores do índice dos 22 principais tipos de produtos comercializados entre esses países e tirando a média dessa soma total, observamos que prevalece o tipo de comércio inter-indústria com valores abaixo de 0,5, mas, ao analisar os valores dos índices dos tipos de produtos que são comercializados de forma separada, são encontradas categorias de produtos com comércio do tipo intra-indústria com valores próximos de 1.

O volume das exportações e importações dos mesmos tipos de produtos aumentou muito entre Índia, Brasil e África do Sul dos anos de 2003 a 2018, o que é caracterizado pelo tipo de comércio intra-indústria, mas ao mesmo tempo apresentam volumes de exportações e

importações muito desiguais que, no caso, caracteriza o tipo de comércio inter-indústria, e os valores do cálculo do Índice de Grubel-Lloyd entre esses países variam pouco.

Com esses resultados encontrados do cálculo do Índice de Grubel-Lloyd, pode ser observado que o tipo de comércio Intra-Indústria encontrado em algumas categorias de produtos indicam a teoria de Flemes (2007), em que diz que países com estruturas produtivas semelhantes que praticam comércio dos mesmos tipos de produtos não apresentam complementariedade das quantidades exportadas. E em termos de média total dos 22 tipos de produtos comercializados no IBAS, indicam o tipo de comércio Inter-Indústria, o que condiz com a teoria de Schor (2014), em que afirma que mesmo países em desenvolvimento possuindo estruturas produtivas semelhantes podem sim obter ganhos de comércio e tornar os custos das transações mais baixos entre países ao comercializarem diferentes quantidades dos mesmos produtos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo, analisar o fluxo comercial entre Índia, Brasil e África do Sul na Coalizão IBAS dos anos de 2003 a 2018 e, com isso, descobrir se foi compensatório ou não para o Brasil manter essa aliança nas questões externas e, se isso trouxe benefícios para sua economia doméstica. Para isso, foram analisados desde o surgimento do IBAS em 2003 a evolução das exportações e importações, balança comercial, e se o tipo de comércio praticado entre esses três países é do tipo intra-indústria ou inter-indústria.

As limitações para este trabalho foi, pelo fato de, o tema da Coalizão IBAS apresentar artigos e documentos mais voltados para a área das relações internacionais e, com isso, a dificuldade foi de trazer este trabalho para o lado das relações econômicas entre Índia, Brasil e África do Sul e outros países em desenvolvimento com quem mantêm acordos socioeconômicos e comerciais.

O resultado encontrado foi que do ano de 2003 a 2018 o volume de comércio do Brasil com os outros dois países da coalizão IBAS teve um aumento de 309,98% nas exportações e 529,20% de aumento nas importações, sendo, um aumento significativo do fluxo comercial, porém, em valores totais como observado na porcentagem, o Brasil ainda importa mais do que exporta. E a Balança Comercial brasileira frente ao IBAS, do ano de 2008 até 2014, quase todos os anos exceto os anos de 2009 e 2012 apresentam valores negativos na Balança Comercial brasileira ou um déficit em relação aos outros dois países por estar importando mais do que exportando mercadorias, e a partir de 2015, o Brasil se recupera e passa a ter

valores positivos na Balança Comercial ou maiores exportações do que importações, sendo, o ano de maior superávit brasileiro em relação a Índia e África do Sul em 2017.

Com esses resultados encontrados acima, observa-se que o Brasil teve um aumento significativo no fluxo comercial com a Índia e África do Sul, porém, mesmo com o grande aumento do volume de comércio entre esses três países de 2003 a 2018 dos mesmos tipos de produtos, ainda é pequeno o aumento da quantidade das exportações e importações de um ano para o outro entre eles, apresentando oscilações e déficits em ambos os países em alguns anos.

Já o tipo de comércio praticado entre esses países, quando analisado pela média do total da soma dos 22 tipos de produtos mais comercializado entre eles são do tipo inter-indústria, por terem grandes diferenças entre a quantidade de exportação e importação, e em valores separados de algumas das categorias de produtos mais comercializados entre eles são do tipo intra-indústria, com quantidades muito próximas entre exportações e importações, sendo, os produtos minerais, materiais de transporte, metais comuns em suas obras os produtos do tipo intra-indústria comercializados em maior quantidade dos 22 tipos de produtos comercializados entre os três países do IBAS.

De modo geral, a conclusão foi de que o fluxo comercial do Brasil dentro do IBAS, mesmo apresentando oscilações entre os anos de 2003 a 2018, mostrou grande evolução na quantidade dos mesmos tipos de produtos transacionados entre eles, tornado os custos das transações mais baixas. Além disso, a coalizão IBAS vem ampliando o número de parceiros comerciais entre os países em desenvolvimento pelo mundo, tornando-se mais fortes frente aos países desenvolvidos, e criando fundos para investir em seus projetos de desenvolvimento sustentável tanto na Índia, Brasil e África do Sul, quanto em outros países em desenvolvimento.

O problema ainda enfrentado por esses três países do IBAS para evoluir em um ritmo maior no aumento da quantidade do fluxo de comércio entre eles e oscilar menos em sua Balança Comercial é a falta de esforço dos governos dos três países aproximarem suas convergências de interesses, e resolver seus semelhantes problemas que apresentam internamente, como: desigualdades sociais, violência, cultura, religião, burocracia, infraestrutura, entre outros problemas enfrentados internamente, mesmo sendo grandes economias em seus continentes.

Uma sugestão possível para trabalhos futuros sobre a Coalizão IBAS pode ser que os resultados que esse grupo de países em desenvolvimento obtiveram até agora, estão resolvendo problemas de crescimento econômico, e o caminho que eles deveriam percorrer de

agora em diante seria de encontrar soluções para que também possam obter o desenvolvimento necessário.

REFERÊNCIAS

BANIK, A.; PADOVANI, F. Índia em transformação: o novo crescimento econômico e as perspectivas pós-crisis. **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, n. 50, p. 67-93, 2014.

BARBOSA, Marcel Jaroski Crescimento econômico da Índia antes e depois das reformas de 1985/1993. Porto Alegre, 2008. 114 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) – Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, PUCRS.

BURGUER, P. O fórum de diálogo IBAS como novo mecanismo de cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento, 2013, p. 126. Dissertação (*Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional*) Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

D'ANDREA, L. R. Cooperação Sul-Sul: Análise dos acordos de preferência comercial do Brasil no IBAS, 2014, p. 118. Dissertação (*Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais*) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, César Roberto Leite da. *Economia internacional*. Saraiva, 2007.

FLEMES, D. *Emerging middle powers' soft balancing strategy: state and perspectives of the IBSA Dialogue Forum*. 2007.

FLEMES, D; GOMES SARAIVA, MIRIAM. Potências emergentes na ordem de redes: o caso do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 57, n. 2, 2014.

JARDIM, C. A. Política Externa Brasileira e Cooperação Sul-Sul: Uma análise da Coalizão IBAS. *Caderno de Relações Internacionais*, v.7, n.2, p. 15-38, 2014.

KNIGHT, Peter T. "Desenvolvimento sócio-econômico brasileiro: questões para a década de 80." *Revista de Administração de Empresas* 22.3 (1982): 05-22.

KRUGMAN, P.R.; OBSTFELD, M. *Economia internacional: economia e política*. São Paulo, *Pearson Prentice Hall*, 2010, 554 p.

LAVORATTI, Liliana. **Um olhar sobre a Índia**. 2010, p. 41-44. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/issue/viewFile/1445/197>>, acesso em 08 de julho de 2019

MACIEL, T. M. *Cooperação Sul-Sul e Desenvolvimento Socioeconômico: o caso Caixa Econômica Federal*. 2010, p. 55-79.

MAGALHÃES, M. (2016). *Acordo comercial permitirá aumento de exportações para África, prevê embaixador*. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/04/14/acordo-comercial-permitira-aumento-de-exportacoes-para-africa-preve-embaixador>>, acesso em 07 de julho de 2019.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2018). Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoes-internacionais/documentos/estatisticas-do-agronegocio/ndia.pdf>>, acesso em 30 de janeiro de 2018

MARTINS, C. E. *O Brasil e a dimensão econômico-social do governo Lula: resultados e perspectivas*. *Revista katálysis*, v. 10, n. 1, p. 35-43, 2007.

MARTINS, A. P.; SILVA, F. A.; GOMES, M. F. M.; ROSADO, P. L. *Desempenho do comércio exterior em Minas Gerais: estrutura, vantagem comparativa e comércio intraindústria*. *Revista de Economia e Agronegócio*, vol.8, Nº 2, 2010. Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/95071/1/Artigo%204.pdf>>. Acesso em: dez. 2011

MUÑOZ, E. E. *A COOPERAÇÃO SUL-SUL DO BRASIL COM A ÁFRICA*. 2015. 29 v. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge Nunes; ONUKI, Janina; OLIVEIRA, Emmanuel. Coalizões Sul-Sul e multilateralismo: países intermediários e o caso IBAS. Lima e Hirst (Org.), Brasil, Índia e África do Sul: desafios e oportunidades. São Paulo, *Paz e Terra*, 2009, p.465-504.

PAUTASSO, D; IANKOWSKI, Bruno. O IBAS como expressão das coalizões Sul-Sul: O caso do fundo para alívio da fome e da pobreza. *Século XXI*, Porto Alegre, v.4, n.1, p.13-26, jan. 2013.

RETRATOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA / Confederação Nacional da Indústria. Gerência Executiva de Pesquisa e Competitividade. Ano 7, n.41 – Brasília: CNI, 2018.

RIBEIRO, E. J. J; TIBÚRCIO, James Augusto Pires. A presença econômica sul-africana na África: comércio e investimento. 2010.

RODRIGUES, D. F. Cooperação horizontal Sul-Sul: arranjos de concertação política entre a Índia, o Brasil e a África do Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 53, n. 1, 2010.

SCHOR, A. South–South Cooperation and IBSA: More Trade in Politics. *New Global Studies*, v. 8, n. 2, 2014.

VASCONCELOS, C. R. F. O Comércio Brasil-Mercosul na Década de 90: Uma Análise pela Ótica do Comércio Intra-Indústria. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, jan-mar 2003, pg. 283-313.

ZENI, K. A coalizão do IBAS e a concertação política no Conselho de Segurança da ONU (2011). 2013. p. 196. Dissertação (*Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais*) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.